

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 15

Rituais e Cerimónias



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1993

O ESPELHO DE MARTE, OU A GUERRA COMO IMAGEM

Na ópera "fantástica" *Orlando*, composta a partir do célebre drama de Ariosto por Georg Friedrich Haendel — com a intenção de ter Sanesino, um dos mais famosos *castrati* da época, no papel principal (*) — e estreada em Londres, no King's Theatre, a 27 de Janeiro de 1733, o mago Zaroastro faz-se transportar ao alto de uma montanha de onde, tendo aos pés os heróis da Antiguidade, canta solene, com uma tonitruante voz de baixo: "Lascia Amore e siegui Marte!/Va, combatti per la gloria./Sol oblio quel ti comparte,/Questo sol bella memoria." ("Deixa o Amor e segue a Marte!/Vai, combate pela glória./Daquele só trará o esquecimento;/mas deste a mais bela memória."). Quase sessenta anos depois, em *Così fan tutte*, uma *opera buffa*, o libretista preferido de Mozart, Lorenzo della Ponte, junta a um coro de soldados os dois vaidosos, amantes de Dorabella e de Fiordiligi, que estão de partida para a guerra: "Bella vita militari!/"

(*) Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

(1) A utilização da figura exuberante e andrógina do *castrato* na criação de um papel heroico constitui, só por si, um elemento bastante representativo do carácter ambivalente que a imagem da guerra toma na época. Veja-se a propósito Roland Barthes, *S/Z*, Lisboa, Edições 70, 1980; Jean-Marie Duhamel, "La grande vogue des castrats", *Histoire*, Paris, n.º 93, 1986, pp. 28-36; Christian Gaumy, "Le castrat ou Lange dévoyé", *Musical. Revue du Théâtre musical de Paris-Châtelet*, Paris, n.º 3 ("Le Baroque"), 1987, pp. 47-53; e também Patrick Barbier, *Histoire des Castrats*, Paris, Grasset, 1989.

Ogni di si cangia loco..." ("Que bêla é a vida militar! / Em cada dia um novo lugar, / (...) / Toquem pífaros e trombetas / Cantem fusis e canhões / Cresça do braço e da alma a força / Viva a vontade de triunfar! / Que bela é a vida militar!") (2).

Estas duas referências dramáticas tiradas da história da música, remetem para um certo aspecto da cultura europeia dos séculos XVII e XVIII, caracterizado pelo acentuar da divulgação de uma imagem artificial, seja ela heroica e gloriosa, ou então cortesã e atraente, da prática da guerra. Esta vai-se então despindo da capa terrífica, punitiva e imoral, que a ética inscrita na tradição judaico-cristã lhe impusera, para aparecer junto da sociedade sob uma nova perspectiva, a qual pode no entanto ver-se orientada em dois sentidos. De um lado, a imagem de glória que produz é fortemente incorporada na retórica do poder, com vista a reproduzir uma imagem de onipotência, ou então a tomar suportável, pelo código de valores e de comportamentos da civilização aristocrática, os factos e as consequências da guerra. Noutra direcção, apresenta-se como manifestação dotada de traços que lhe atribuem um tom quase convivial, o qual, em determinados momentos, chega mesmo a poder relacionar-se com expressões de galantaria ou de divertimento.

Comum a ambos os aspectos, é a aguda necessidade de elaboração de um retrato "retocado" da guerra e o mascaramento dos seus horrores e dos seus custos, por intermédio, quer de uma representação controlada, a qual frequentemente incorpora o discurso histórico, quer de um conjunto de rituais, que nesse campo são desenvolvidos e que possibilitam um acentuar do fenómeno. A prática dessa espécie de "correção" é tão universal quanto antiga, mesmo que em épocas distantes dos últimos dois séculos da época moderna — o período que aqui será mais cuidadosamente abordado — se organize de uma forma menos totalizante e artilosa. Poderá, pois, começar-se por um recuo no tempo.

(2) Tradução livre de ambos os passos, elaborada a partir dos *libretti* das referidas óperas, publicados na documentação que integra edições discográficas recentes (Haendel: dir. de Christopher Hogwood, Editions L'Oiseau-Lyre, 1991; Mozart: dir. de Nikolaus Harnoncourt, Teldec, 1991).

Uma longa tradição

Gaston Bouthoul afirmou uma vez, em jeito de paráfrase da conhecida afirmação de Engels, ter sido a guerra "quem gerou a história" (3). Esta começou realmente por ser, de uma forma praticamente exclusiva, o relato, necessariamente disforme porque elaborado com funções comemorativas ou laudatorias, dos grandes conflitos armados. Heráclito de Éfeso afirmava já, ser toda e qualquer forma de guerra um instrumento indispensável da ordem providencial, considerando o embate violento que ela implica como representando a "origem de todas as coisas", única ocasião capaz de destacar claramente os deuses dos homens e, por entre estes, de separar os que mereciam ser livres daqueles que deveriam permanecer como escravos e dependentes (4). E escritores como aquele que, no *De legibus*, Cícero designaria como o *pater historiae*, Herodoto, ou como Tucídides, ou ainda como Xenofonte, conceberam o seu legado historiográfico na busca de uma descrição elaborada de dois momentos que lhes estavam muito próximos — as Guerras Pérsicas e a Guerra do Peloponeso — de forma a legitimar a afirmação vitoriosa da civilização a que pertenciam (5). Políbio destinará como propósito praticamente exclusivo das *Histórias*, contadas a partir dos acontecimentos vividos durante a primeira Guerra Púnica e até à queda definitiva de Cartago, o levantamento solene e heroico da conquista violenta do mundo por ele conhecido, levada a cabo pelos romanos. O sentido da descrição exaustiva das lutas africanas contra Jugurta tomado em mãos por Salústio, e das peripécias violentas da história de Roma revistas por Tito Livio ou por Suetonio, bem como o circunstancialismo dos factos relatados na maior parte dos escritos de Comélio Tácito — incluindo-se aqui, claro, o sentido último de

(3) Gaston Bouthoul, *Traité de polémologie. Sociologie des guerres*, Paris, Payot, 1991, p. 5.

(4) Heráclito, *Fragments*, 53 (leitura do autor, a partir da tradução dos mesmos feita por Abel Jeannièrre, em *La Pensée d'Héraclite d'Éphèse*, Paris, Éditions Mouton, 1959, e por Angel J. Cappelletti em *Los Fragmentos de Heraclito*, Caracas, 1972).

(5) Veja-se Arnaldo Momigliano, "Algunas observaciones sobre las causas de la guerra en la historiografía antigua", na colectânea de estudos do autor *La historiografía griega*, Barcelona, 1984, pp. 151-167, bem como Victor Davis Hanson, *Le Modèle Occidental de la Guerre*, Paris, Les Belle Lettres, 1990.

uma obra como a *Germânia* — provam também, de uma maneira óbvia e incontestável, a antiguidade dessa forma depurada e glorificadora, por isso bastante parcial, de espalhar a lembrança dos grandes actos de guerra.

O período medieval fornecerá, no entanto, a parte substancial, para o investigador sem dúvida uma das mais absolutamente incontornáveis e esmagadoras, desse legado valorativo. Basta que se examinem os motivos e os sentidos revelados em algumas das primeiras obras literárias escritas em língua vulgar nos espaços nacionais europeus. Estas encontram-se muito próximas do tipo de efabulação natural e inteligível numa sociedade que coabitava com as mais diversas formas de violência, e que, para mais, define como padrões éticos essenciais muitos princípios de origem e natureza guerreira, percebendo-se assim o grande peso então atribuído à divulgação e à lembrança épica, sempre reverbativa e empolada, dos combates e das vitórias. Modelos bem precisos, como os das canções de gesta, tal como a *Chanson de Roland*, a mais ampla, querida e divulgada de todas, onde se lembram os actos dos companheiros de um Carlos Magno para quem "n'i ad castel ki devant lui remaigne" (6), ou alternativamente concebidas de uma maneira mais rude e exprimindo situações de grande crueza, mas não menos exageradas, como a *Chanson de Guillaume* ou o *Gormond et Isambert*, falam exacerbadamente — tomando essa forma que Menéndez Pidal chamou de *história poética*, nas suas manifestações mais tardias tomada *poesia histórica* (7) — dos gestos de coragem, dos momentos de ira, ódio e vingança, das batalhas e massacres da grande epopeia carolíngia. É desta espécie, aliás, o material temático que servirá na construção de uma tradição literária análoga, detectável em paisagens tão distantes, tão cultural e linguisticamente diferenciadas, como o são a Escandinávia, a Rússia, a Alemanha, a Inglaterra ou, mais a sul, a Espanha dos tempos da Reconquista. No popular e violento ciclo anglo-saxão do poema *Beowulf*, nos relatos tradicionais de origem germânica que constituem essa *Nibelungenlied* que inspirará a Wagner

(6) *A Canção de Rolando*, edição bilingue, Lisboa, Europa-América, 1987, p. 161.

(7) Cf. Ramón Menéndez Pidal, *Historia y Epopeya*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1934, texto de apresentação. Veja-se ainda o "clássico" de Joseph Bédier, *Les Légendes Épiques. Recherches sur la formation des Chansons de Geste*, 4 tomos, Paris, Librairie Ancienne H. Champion, 1912-1917.

a célebre tetralogia, na *Heimskringla* (*Historia dos Reis da Noruega*) do poeta e historiógrafo islandés Snorri Sturluson, nas sagas (como a popular *Saga des Wolsüngs*) e nas *edda*, muito divulgadas na península escandinava ⁽⁸⁾, no *Slovo o Polku Igorevie* (*A Gesta do Príncipe Igor*), escrito em russo pelos finais do século XII, nos episódios das compridas andanças ibéricas de Rodrigo Diaz de Bivar sobrelevados até à desmesura no *Cantar de mió Cid*, escrito por volta de 1150 ⁽⁹⁾, ressoam, assim, valores muito idealizados de honra e de fidelidade, de sagacidade política, de dolorosas entregas, os quais iam contribuindo para a construção de um imaginário guerreiro autónomo, progressivamente destacado das vivências mais brutais e realmente sofridas dos actos militares.

Mais até do que qualquer outro tipo de documento, as crónicas de feitos ocupam-se em instalar na lembrança uma experiência claramente elaborada desses ambientes, seja nas vezes sem conta em que se confundem na lenda ou quando projectam e mitificam alguns dos momentos mais comprovadamente verdadeiros. A *Historia francorum*, composta no século VI por Gregorio de Tours (tal como, mais tarde, a *Historia regum francorum*, compilada pelos monges de Saint Denis a partir de fragmentos descritivos dispersos), as mais antigas obras memorialistas de Paulo Diácono sobre a gesta armada dos lombardos, a *Vita Caroli* em que Eginhardo decalca, a partir de Suetónio, a descrição das acções de Carlos Magno, os textos de Raymond d'Aguillers, de Guillaume de Tyr e de Villehardouin, relatando episódios das cruzadas, a *Historia regum britanniae* de

⁽⁸⁾ Tanto a *saga* como a *edda* constituem-se — é esse o seu significado literal — essencialmente como "narrativas" e também como "poéticas", desenvolvendo ambos os géneros uma antiga tradição oral de relatos guerreiros, a qual apenas por volta do século XIII começará a tomar uma forma escrita. Vejam-se Jan de Vries, *Heroic Song and Heroic Legend*, Oxford, Oxford University Press, 1964, e Gwyn Jones, *The Norse Atlantic Saga*, 2- ed., Oxford, Oxford University Press, 1986.

⁽⁹⁾ Veja-se o *Cantar de mio Cid*, com texto, gramática e vocabulário de Menéndez Pidal, 3 vols., Madrid, Imprenta de Bailly, 1911. Esta obra teve, entre outros méritos, o de "reabilitar" a figura do Cid, que depois de ter durante séculos sido cantado como herói — tanto no citado poema como na *Gesta Roderici Didaci Campidocti*, um pouco anterior, e na *Crónica rimada del Cid*, de finais do século XIII — foi por algum tempo tomado ao invés como personagem mercenária e dúctil. Veja-se também, do mesmo autor, *Floresta de leyendas heroicas españolas. Rodrigo, el ultimo godo*, Madrid, Espasa-Calpe, 1940.

Geoffrey de Monmouth, destacando a figura imaginária do "rei" Artur e dos seus aguerridos companheiros ⁽¹⁰⁾, para referir apenas alguns dos textos mais divulgados e ainda hoje melhor conhecidos, deixaram sucessivas imagens, tingidas a sangue mas invariavelmente heroicas — e nesse sentido "falsificadas" — desses tempos difíceis de brutalidade e de insegurança. O objectivo mais evidente deste conjunto de textos apontará, ainda assim, em sentidos diversos, nem sempre necessariamente coincidentes. Eles procuram definir, em primeiro lugar, um padrão ético constituído como paradigma idealizado do comportamento da nobreza e da valentia daqueles que a representam no campo de batalha. Mas aparecem já, de uma forma não menos importante, e apesar da sua ainda limitada circulação, como uma espécie de "instrumentos de propaganda" da monarquia, insinuando insistentemente na memória dos seus leitores a imagem originalmente gloriosa do seu soberano e, pela sua interposta pessoa, a grandeza do destino "nacional" colectivo, dando assim consistência à fidelidade requerida dos súbditos e à ainda incipiente identidade dos reinos que apenas começavam a sua trajectória histórica ⁽¹¹⁾.

O sismo cultural renascentista não alterou fundamentalmente essa orientação da lembrança das coisas da guerra, a qual todavia vai passar a apoiar-se, numa mais larga medida, nos modelos da Antiguidade. O sonho vagamente "patriótico" de um aventureiro político como Cola di Rienzi, proclamando-se tribuno e anunciando com toda a pompa, durante a cerimónia organizada no Capitólio em Agosto de 1347, o renascer guerreiro de Roma e da sua supremacia marcial como capital da Itália e do mundo, teria assim nascido, em larga medida, da leitura entusiasta que este fizera dos feitos de coragem e de glória militar contados nos velhos textos latinos. Em tal contexto, não deixa, aliás, de se revelar extremamente significativa a referência feita por Burckhardt ao comportamento de Gianni Porcello, enviado por Afonso de Nápoles junto de Giacomo Piccinino com a missão de redigir uma descrição dos factos militares que, durante a guerra milano-veneziana de 1451-1452, opunham este a Francesco * ¹¹

⁽¹⁰⁾ Sobre a composição e sentido do "mito de Artur", veja-se Roger Sherman Loomis, *Arthurian literature in the Middle Ages: a collaborative history*, Oxford, Clarendon Press, 1979.

⁽¹¹⁾ Veja-se Bernard Guenée, *L'Occident aux XIVe et XVe siècles. Les Etats*, Paris, P.U.F., 1971, pp. 123-130.

Sforza: como se discutía então na corte napolitana a questão de saber quai dos dois tinha sido maior, se Cipião Africano se Aníbal, Piccinino e Sforza serão tratados ao longo de toda a obra pelo nome famoso daqueles dois chefes militares da antiguidade ⁽¹²⁾.

Significativamente, Maquiavel escreverá a *Arte della guerra*, a sua segunda obra de maior impacto na posteridade e um texto fundamental para entender o desenvolvimento da "arte militar" durante o Renascimento, pela mesma altura em que redigia os *Discorsi*, sugeridos pela leitura das lembranças deixadas por Tito Lívio. Revelará aqui uma admiração enorme, na linha aliás de uma tradição bem antiga, lançada a propósito do papel emulador atribuído a determinados exemplos guerreiros do passado, pelo comportamento marcial, aqui temperado pela imaginada excelência das instituições políticas da Roma antiga ⁽¹³⁾. O imortalizar dos acontecimentos próximos da sua época, que procurará nas *Istork Florentine* — tal como o haviam feito já Leonardi Bruni e Poggio Bracciolini, e como farão depois Matteo Palmieri, Donato Accaiuoli, Bernardo Rucellai ou o seu amigo Francesco Guicciardini — demonstra, além disso, uma preocupação permanente, de modo algum apenas italiana, em confundir a história dos homens com a efabulação das suas paixões mais violentas e conflituosas, agora tomadas como manifestações necessárias e inevitáveis, de um certo ponto de vista "benéficas", da natureza humana. Fê-lo até, tal como a maioria dos intelectuais seus contemporâneos, de uma forma de tal modo acrítica em relação à efectiva natureza da violência guerreira, que houve já quem, a propósito da insensibilidade destes diante de muitos dos crimes e atrocidades cometidos durante as múltiplas lutas políticas vividas na época, pudesse falar de uma espécie de "conspiração de silêncio" humanista ⁽¹⁴⁾.

⁽¹²⁾ Cf. Jacob Burckhardt, *O Renascimento Italiano*, Lisboa, Presença, 1973, p. 83.

⁽¹³⁾ Cf. Felix Gilbert, *Machiavelli e il suo tempo*, Milano, Il Mulino, 1977. Veja-se ainda, sobre esta dimensão "tradicional" da obra de Maquiavel, "Machiavelli and the Classical Notion of the Lessons of History in the Study of War", in Azar Gat, *The Origins of Military Thought. From the Enlightenment to Clausewitz*, Oxford, Clarendon Press, 1991, pp. 1-9.

⁽¹⁴⁾ Cf. J. R. Hale, *War and Society in Renaissance Europe. 1450-1620*, London, Fontana, 1985, p. 39.

A guerra e o Estado

O avanço, crescentemente impositivo, do lançamento da máquina política e administrativa estatal, tal como a definição concreta, lançada de um modo irreversível a partir dos meados do século XVI, das diversas modalidades institucionais tomadas pela centralização monárquica, tenderão a manter, e mesmo a reforçar, a predominância deste tipo de atitude, desenhada nas formas de representação da prática da guerra que são estruturadas entre as elites culturais (15). Entender como se organizou a compreensão, por parte do núcleo central orientador da política dos Estados, de uma noção muito nítida do relacionamento entre a afirmação do poder executivo e a identidade histórica que o legitima, e, por outro lado, lograr entrever como este compreendeu que o controlo da sociedade passava pela formação de uma "opinião pública" seduzida e submissa, constituem, além disso, dois elementos fundamentais para que se aceite como natural a hipervalorização do discurso guerreiro, numa época de poderes fortes e ambiciosos. Não que fosse novidade o uso dos triunfos militares na liturgia política e na empenhada tentativa de perpetuar a imagem de grandeza, mais ou menos divinizada, dos seus mandatários e executantes principais. Mas porque se tornara agora necessário — num tempo em que príncipes e reis se iam, essencialmente por razões práticas, ausentando dos campos de batalha — lembrar as suas virtudes e capacidades militares potenciais.

Toda uma panóplia de gestos, de escritos e de representações, é então colocada, de uma forma directa ou implícita, ao dispor de um monarca que se vai tomando absoluto, concorrendo no inventário e na imprescindível divulgação dos atributos marciais que lhe competem. Situa-se o príncipe, desde logo, no lugar que lhe deve corresponder numa genealogia secular de conquistadores e de heróis, que deverá ser indubitavelmente a sua e em relação à qual necessita possuir um legado de predicados entendidos como inatos. Mas, ao mesmo tempo, eleva-se de forma artificial e desmedida o seu envolvimento (ou, mais habitualmente, o dos seus representantes) nas questões da guerra, recorrendo-se para o efeito, com frequência, à aproximação simbólica com figuras enérgicas, belicosas e

(15) Cf., a propósito da relação do elemento épico com a fixação de uma "ideia nacional", E. Tierno Galván, *Tradicón y Modernismo*, Madrid, Tecnos, 1962, pp. 42-48.

reconhecidamente invictas da mitologia, da antiguidade clássica ou então da história e da lenda do mundo ocidental — como sejam Marte ou Belona, Alexandre e Júlio César, Artur e Rolando, Carlos Magno ou Guilherme da Normandia — cujas proezas se sugere poderem ser por ele facilmente igualadas. Seguindo uma prática que, aliás, tanto pode ser encontrada nos potentados abertamente envolvidos numa política imperial de guerra e de conquista, como ainda, mesmo que de uma forma eventualmente não tão espectacular, vultuosa e afirmativa, nas unidades políticas de menor extensão, inevitavelmente incapacitadas de se empenharem abertamente em iniciativas armadas de expansão política e territorial.

Mais cedo e de uma maneira mais ampla do que em qualquer outra parte do espaço europeu, pode detectar-se em França todo um esforço constante e empenhado neste domínio, no contexto da elevação propagandística da monarquia e de uma política externa decididamente agressiva e imperialista, a qual, mais abertamente lançada no decurso do século XVI, recebeu um enorme impulso no tempo de Richelieu e, sobretudo com base nas acções militares dirigidas por Louvois, nos anos de governação do *Rei Sol* (16). Guez de Balzac tinha, entretanto, publicado já o seu próprio *Le Prince* (1631), essencialmente destinado a glorificar e a recordar, mas servindo também para justificar, as iniciativas militares de um Luís XIII, a quem chama mesmo de "libertador da cristandade" (17). Apercebendo-se do valor desta espécie de atitude, André Corvisier sublinhou, em devida altura, o elevado peso dos motivos guerreiros vivido então na construção da propaganda régia, tanto no que respeita à definição — filiada em especial na história de Roma e nas tradições francas — das raízes marciais da coroa, como no que se refere à escolha temática das formas de divulgação, espalhadas por intermédio de todas as artes, da figura agigantada e vitoriosa do soberano francês (18). É esse,

(16) Veja-se *Les valeurs chez les mémorialistes français du XVIIIe siècle avant la Fronde*, ob. colectiva, Metz, Éditions Klincksieck, 1979.

(17) Cf. Étienne Thuau, *Raison d'État et pensée politique à l'époque de Richelieu*, Paris-Athènes, Université de Paris, 1966, p. 252 ss.

(18) Cf. André Corvisier, *La France de Louis XIV. 1643-1715. Ordre intérieur et place en Europe*, 3- ed., Paris, S.E.D.E.S., 1979, pp. 52-57 e 281-285. Veja-se também Jean-Claude Boyer, "Les représentations guerrières et l'évolution des arts plastiques en France au XVIIIe siècle", *XVIIIe Siècle*, Paris, n^o 148, 1985, pp. 291-306.

por exemplo, o sentido da obra histórica, largamente divulgada durante a época de Luís XIV, de François de Mézeray — autor de urna *Histoire de France depuis Pharamond jusqu'à maintenant*, publicada entre 1643 e 1646, do *Traité de l'origine des Français* e ainda de um *Abrégée chronologique de l'Histoire de la France* — e da múltipla e cuidada reprodução visual do rei, frequentemente descrito como dotado de capacidades apenas comparáveis às de Marte ⁽¹⁹⁾, mostrado sempre como decididamente colocado à frente das suas tropas e rodeado do seu estado-maior, diante de um cenário de guerra triunfante, seja este um aparato bélico imponente, a representação da submissão plena de praças sitiadas, ou então a entrada triunfal em cidades submetidas. É esse também o sentido do constante, quase obsessivo recurso que se faz do tema nos mais variados géneros da produção literária do tempo, mesmo naquela concebida por alguns dos mais notáveis e autónomos dos autores (Boileau, Racine), reconhecendo-se nessa constância as marcas de uma preocupação efectiva, por parte de um importante sector de opinião, com as implicações de uma guerra omnipresente. Mas denunciando também a nítida consciência da necessidade do empenho político em mobilizá-la inteiramente para esse efeito, descrevendo-se sempre a realeza, sem desvio ou desfalecimento, como mergulhada num imenso Leviatã de glória e dominação, atravessado por combates difíceis mas, no seu termo, inevitavelmente vitoriosos. É precisamente o que, de forma sonante proclama Fontenelle, em 1691, diante da Academia Francesa: "Quelle grandeur, quelle noblesse dans les entreprises du roi!(...) La résistance de Louis, ce sont de nouvelles conquêtes, il ne sait point assurer les frontières sans les étendre, il ne défend ses Etats qu'en les agrandissant." ⁽²⁰⁾.

⁽¹⁹⁾ Vejam-se Jean-Pierre Labatut, *Louis XIV, Roi de gloire*, Paris, Imprimerie Nationale, 1984, e Jean-Pierre Néraudau, *L'Olympe du Roi-Soleil. Mythologie et idéologie royale au Grand Siècle*, Paris, «Les Belles Lettres», 1986.

⁽²⁰⁾ Nicole Ferrier-Caverivière, "La guerre dans la littérature française de 1672 à 1715", in *Guerre et Pouvoir en Europe au XVIIe siècle*, dir. de Viviane Barrie-Curien, Paris, Kronos, 1991, p. 120. Veja-se também, da mesma autoria, *L'image de Louis XIV dans la littérature française de 1660 à 1715*, Paris, P.U.F., 1981, e "La guerre dans la littérature française depuis le traité des Pyrénées jusqu'à la mort de Louis XIV", *XVIIe Siècle*, Paris, n.º 148, 1985, pp. 233-248. A omnipresença da temática guerreira nos interesses do público leitor da época é também detectável no peso que ela tem nas bibliotecas europeias dos inícios

A cultura iluminista, recolhendo as primeiras críticas sistemáticas da afirmação guerreira como instrumento de legitimidade política e como máxima de governação, preservará ainda assim, predominantemente, o essencial da mesma atitude emocionada e reverencial diante da vertente épica da vida dos homens. É verdade que, na senda das propostas pacificadoras lançadas décadas atrás pelo abade de Saint-Pierre, Mably tenha sugerido, nos *Principes des négociations*, de 1757, que fosse erguida a moderação como máxima de política, a aplicar num relacionamento ideal e preferencialmente pacífico entre os Estados, e também que Voltaire tenha lamentado, por diversas ocasiões, que a identidade das nações tivesse que passar pela sua afirmação armada diante das potências concorrentes ("il est triste que souvent, pour être bon patriote, on soit l'ennemi du reste des hommes" (21)). É também incontornável o papel do mesmo Voltaire, tal como o de Turgot, Condorcet ou d'Alembert, na redefinição disciplinar e metodológica de uma ideia da história menos exclusivamente centrada nas questões da guerra e dos seus executantes. Mas este género de atitudes não parece ter ensombrado o fascínio estrutural que pelas campanhas militares continuaram a sentir tanto os poderosos como a generalidade dos intelectuais, apenas equiparável à emoção sem limites despertada pelos seus desenvolvimentos junto das multidões (22).

Com efeito, para aqueles que eram os detentores do poder na Europa dos finais do Antigo Regime, ou para quantos com a expressão cultural da ordem estabelecida se confundiam, uma obra vinda já do

do século XVIII (veja-se C. Gordon de Perceval, *De Vusage des romans, où l'on fait voir leur utilité & leurs differens caracteres: avec une Bibliothèque des Romans*, 2 tomos, Amsterdam, Veuve de Poilras, 1734).

(21) Cf. Gabriel de Mably, "Principes des négociations, pour servir d'introduction au Droit Public de l'Europe, fondé sur les traités"(1757), in *Oeuvres complètes*, tomo V, Paris, Desbrières, 1794, cap. IV, e Voltaire, *Dictionnaire philosophique* (artigo "Patrie"), Paris, Emest Flammarion, 1909, p. 286.

(22) O próprio Voltaire não tinha resistido, ainda que em obras anteriores ao *Essai*, a essa atracção: "*Je chante ce héros qui régna sur la France / Et par droit de conquête et par droit de naissance; / Qui par de longs malheurs apprit à gouverner, / Calma les factions, sut vaincre et pardonner / Confondit et Mayenne, et la Ligue, et l' Ibère / Et fut de ses sujets le vainqueur et le père*" (Voltaire, *La Henriade* (1728), Paris, Librairie Gamier, s.d., canto I, versos 1-6). Veja-se também o sentido de outra obra épica sua, a *Histoire de Charles XII, Roi de Suède* (1731).

século anterior, como o *Discours de l'histoire universelle*, de Bossuet, mostrava-se sem dúvida muito mais "aceitável", em condições de ser apresentada como modelo adequado da forma de seleccionar e de encadear a memória histórica. Nela se aceita a inevitabilidade da guerra, entendida como "flagelo divino" destinado a punir os pecados dos homens, mas igualmente se reconhece a legitimidade monárquica para a executar e o seu lugar grandioso e central na história das nações (23). Durante todo o século XVIII, a redefinição do objecto da história enquanto disciplina, a revitalização temática, a ampla renovação dos critérios de tratamento dos testemunhos documentais, avançaram realmente lado a lado com uma produção constante e volumosa, sem dúvida muito mais amplamente divulgada e estimulada, de panegíricos e memoriais estabelecidos de uma forma ditirâmbica, a mais tradicional, e que na generalidade dos casos mantiveram, como actores praticamente exclusivos dos seus comentários e das suas descrições, as figuras de reis e de papas, de santos e de generais, todos eles empenhados no serviço dos grandes e afirmativos poderes soberanos.

A orientação tomada pelas academias, constituídas por iniciativa régia, dá corpo e substância a esta tendência, por tal via mantida como "oficial" e dominante. Pioneira entre todas, a *Académie Française*, fundada em 1635 com o apoio de Richelieu, aplicar-se-á, em conjunto com um vasto número de propagandistas do poder, na tarefa que o seu protector dela esperava: a educação do súbdito francês para a assunção de uma espécie de soberania imperial europeia, quando não mesmo universal, por parte de quantos representem a sua nação, a qual passava também, naturalmente, em nome de um "grande desígnio" materializável na reunificação da cristandade, pela absoluta e incontestável primazia guerreira (24). Fê-lo em larga medida elaborando, a um nível formal e essencialmente literário, os materiais que a história fornecia, e criando uma tradição que, prolongando-se pelo menos por toda a primeira metade de Setecentos na tradição do culto de Luís XIV (25), se tomou modelo, numa Europa

(23) Veja-se a comparação dos dois modelos de discurso, feita por Georges Gusdorf em *L'avènement des sciences humaines au siècle des lumières*, Paris, Payot, 1973, pp. 379-398.

(24) Cf. Étienne Thuau, *ob. cit.*, pp. 281-293.

(25) Por volta de 1730 organiza-se ainda um concurso académico subordinado ao tema *Gloire de Louis XIV continuée* (cf. Lucien Brunei, *Les*

em que as excelências da monarquia estavam ainda bem longe de serem questionadas ou subvertidas. A história afirmava-se assim, principalmente, como género literário, e assumia, em tais condições, o papel de uma espécie de *décor* cultural do poder: enquanto o panegirista divulgava e preservava para o futuro os prestígios e as glórias do seu tempo, e o compilador de memórias gravava uma imagem depurada e "razoável" dos acontecimentos mais próximos, o historiador, mobilizado ao serviço dos mitos mais caros do absolutismo, ia fornecendo justificações criteriosamente elaboradas a partir de um passado que devia ser modelar e inspirador.

O desenvolvimento, no campo do direito internacional, de uma atitude tendente a conciliar os interesses políticos dos Estados, já bastante bem definida no século XVII, não afastará, entretanto, a manifestação de traços capazes de sublinhar e de embelezar a permanência do destaque dos valores guerreiros e da condição militar, veiculados por parte dos diversos órgãos do Estado. Consta-se disso mesmo ao observar a grande importância, atribuída no conjunto simbólico, literário, arquitectónico ou iconográfico acumulado pelas instituições políticas, à origem épica do poder e da sua legitimidade.

A permanência trans-histórica de uma representação desse poder, em larga medida apoiada na excelência ou no dramatismo das acções guerreiras, pode ser notada, aliás, num conjunto vasto de indícios que, vindos já de épocas recuadas, transcendem até, em muito, o espólio documental sob forma de escrita. Sabe-se, por exemplo, como uma parte significativa do mais exuberante vestuário e dos mais artísticos adornos produzidos por um conjunto de diversas e sucessivas civilizações teve, pelo menos na origem, uma função de acessório militar, com frequência dotado de um carácter mais propriamente simbólico do que funcional. A preservação desses objectos, ou da sua representação figurativa, nos mais diversificados tipos de conjuntos tumulares, demonstra também a importância atribuída à fixação de representações que podem lembrar a experiência e a glória guerreira. O grande, "disciplinado" e formoso exército de pedra do imperador Qin Shi Huangdi, descoberto em 1974 em Xi'an, na província chinesa de Shan Si, após mais de 2.000 anos completamente soterrado, testemunha-o de uma forma absolutamente

esmagadora e inequívoca. Serão porém os vestígios arquitectónicos concebidos para os vivos aqueles que, tanto ou talvez mais ainda do que os edifícios religiosos, nos impressionam de maneira esmagadora a propósito do significado essencial da guerra na vida das sociedades que nos precederam.

Pode, a tal respeito, seguir-se todo um rasto monumental. Em primeiro lugar o das construções propositadamente levantadas para o exercício da guerra ⁽²⁶⁾. Algumas das mais importantes realizações nesse domínio legadas pelos romanos — como a muralha de Adriano ou o *limes Germanicus* — representaram bem mais do que os imensos trabalhos de arquitectura militar de que ainda hoje podemos encontrar marcas. Na verdade, testemunhavam também, para lá da funcionalidade eminentemente prática que possuíam, toda uma afirmação de soberania que se acreditava poder consumir como grandiosa e eterna. Os próprios colossos de pedra erguidos nos tempos medievais tinham, aliás, idêntica função. Uma parte significativa dos castelos que foram sendo erguidos não obedeciam muitas vezes, bastantes vezes mesmo, a razões estratégicas que tivessem pré-determinado a sua construção, mas surgiam antes, frequentemente, como símbolo, como sinal que se acreditava poder ser revelado como imortal, das formas de domínio que, na região onde eram erguidos, mais evidentemente se impunham. A "revolução militar" da época moderna — seguindo a expressão lançada nos anos cinquenta por Michael Roberts e retomada por Geoffrey Parker ⁽²⁷⁾ — definida por um conjunto de factores aos quais se tomará adiante, não alterará significativamente, pelo menos até ao início do século XVIII, esta realidade: as fortificações, cada vez mais robustas e complexas, profusamente providas de estandartes e de emblemas, ocupadas por soldados nem sempre muito bem equipados mas vestidos de uma maneira visualmente impositiva, terão como função principal, no contexto de uma guerra de posições que evita o confronto directo e assenta principalmente na disputa pelo controlo das fronteiras, a afirmação de uma soberania que se julga (ou que deve ser julgada) infinita.

⁽²⁶⁾ Veja-se a sucessão representativa apresentada por Martin H. Brice, *Stronghold. A History of Military Architecture*, New York, Schocken Books, 1985.

⁽²⁷⁾ Vejam-se Michael Roberts, *The military revolution. 1560-1660*, Belfast, Queen's University of Belfast, 1956; e Geoffrey Parker, *The Military Revolution. Military innovation and the rise of the West, 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

Um percurso próprio

Este lançamento das marcas de uma imagem ficcional e embelezada das capacidades guerreiras de uma autoridade política que se pretende tomar perpétua, encarada que é a violência bélica como seu fundamento, é pois tão velha e ampla quanto a própria humanidade. Aparece, entretanto, como muito especialmente visível no espaço europeu, onde a definição das unidades políticas e territoriais de natureza nacional e a emergência e ampliação da máquina do Estado se processaram, como se disse, mais cedo do que em outras partes. E onde também, por este mesmo motivo, principalmente se tomou possível a fundamentação e o estímulo, tanto ideológico como material, desse género de representações. Isso mesmo pode ser mostrado num exame rápido do processo de definição deste movimento no espaço nacional.

Reconhece-se a presença de tais estratégias, desde logo, em alguns dos mais antigos textos da nossa historiografia. Será a produção analística portugalense, já valorizada por Frei António Brandão, mas identificada e estudada em primeiro lugar, de uma forma rigorosa, por Pierre David ⁽²⁸⁾, a desenvolver nos séculos XI e XII uma tradição que, culminando nos denominados cronicões, textos incontornáveis para o conhecimento dos primeiros passos da história nacional, como o *Chronicon Conimbricense*, a *Chronica Gothorum* e outras das denominadas "pequenas crónicas", formando um conjunto essencialmente elaborado em Santa Cruz de Coimbra, concretizou em primeiro lugar essa tentativa de embelezamento. Ela apresenta, como assinalou Veríssimo Serrão, "a novidade de considerar os feitos militares como matéria histórica, para assim exaltar os fastos de um determinado monarca" ⁽²⁹⁾, representando um primeiro instante no qual se considera como natural que se realcem os eventos guerreiros enquanto porção da memória dos homens que deve ser especialmente preservada, e aceita também como lógica a proximidade da

⁽²⁸⁾ Cf. Frei António Brandão, *Crónica do Conde D. Henrique, D. Teresa e infante D. Afonso*, Porto, Livraria Civilização, 1944, Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du Vie au Xlle siècle*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1947, pp. 257-340, e Antonio Cruz, *Santa Cruz de Coimbra na Cultura portuguesa da Idade Média*, vol. I, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1964.

⁽²⁹⁾ J. Veríssimo Serrão, *ob. cit.*, pp. 16-17.

inventariação de tais factos com uma promoção de uma lembrança gloriosa da monarquia, cujo representante máximo não era senão o seu principal executante. É aquilo que se pode encontrar, por exemplo, no épico cântico que configura o *De Expugnatione Scalabis*, texto transcrito no apêndice à terceira parte da *Monarchia Lusitana*, retomado depois por Herculano e por este polémicamente remetido para a pena de um freire alcobacense ⁽³⁰⁾, onde se proclamam a protecção divina e uma acção guerreira heroica e infalível, unidas à acção do primeiro monarca luso na conquista de Santarém, como dignas da maior lembrança e veneração.

Conhece-se bem como esta orientação se ampliou a partir da obra de Fernão Lopes, ela própria inserida nessa tendência europeia, iniciada durante os séculos XIV e XV, para escrever — organizando, guardando, divulgando — histórias nacionais capazes de instituir um património comum e, por essa via, de reforçar a fidelidade das populações diante dos seus monarcas, agora cada vez mais indiscutivelmente instalados no vértice político ⁽³¹⁾. Os escritos do cronista-mor, tendo por objectivo, liminarmente determinado em carta régia de D. Duarte, datada do ano de 1434, o "de poer em caronyca as estorias dos Reys que antygamente em Portugal foram" ⁽³²⁾, retomarão, independentemente do estilo e das preocupações próprias do autor, bem como da pluralidade temática que inegavelmente apresentam, a identificação regular dos acontecimentos que lembram com toda uma gesta militar, em primeiro lugar consubstanciada na figura, também por esse meio engrandecida, do soberano.

⁽³⁰⁾ Veríssimo Serrão é, com Lindley Cintra, pelo contrário, partidário de uma autoria localizada em Sta. Cruz de Coimbra. Para o texto, vejam-se a transcrição saída nos *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, Lisboa, Typ. Académica, 1856, pp. 93-95, e as traduções saídas em Frei António Brandão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, introdução de A. de Magalhães Basto, Lisboa, Livraria Civilização, 1945, pp. 341-345, e Alfredo Pimenta, *Fontes Medievais da História de Portugal, vol. I - Anais e crónicas*, Lisboa, Sá da Costa, 1948, pp. 93-106.

⁽³¹⁾ Em relação a Fernão Lopes reconhece-se, todavia, a sua relação, talvez momentânea, com a causa "espúria" do infante D. Pedro: cf. João Gouveia Monteiro, *Fernão Lopes. Texto e contexto*, Coimbra, Minerva, 1988, st. pp. 114-119.

⁽³²⁾ Carta régia de 4 de Junho de 1454, publicada por Braamcamp Freire in Fernão Lopes, *Primeira parte da Crónica de D. João I*, Lisboa, Archivo Historico Português, 1915, p. LVIII, doc. IV.

A produção historiográfica da época dos descobrimentos será, necessariamente, permeável a essa tendência. A busca de uma inteligibilidade e de uma justificação para um fenómeno tão estranho e perturbante como o lançamento da epopeia inaugurada com as primeiras navegações atlânticas, assim como o acompanhamento dos conflitos inevitáveis com novos e diferentes povos, com culturas inteiramente diferentes, com poderes concorrentes, trará para as páginas de múltiplas memórias, descrições e relatos, a expressão inevitável dessa tendência. Compreende-se assim que dois dos mais antigos textos impressos que visam tratar a nova gesta — a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Femão Lopes de Castanheda, e as *Décadas da Ásia*, de João de Barros, respectivamente saídos nos anos de 1551-1556 e de 1552 — sejam em larga medida relatos de guerra, apresentados porém, o que neles é elemento essencial, de um modo literariamente elaborado e, em ambos os casos mas mais especialmente no que se refere ao texto de Castanheda, ideologicamente bastante expurgado.

Também Camões — o "grande cantor de batalhas", como lhe chamou Belisário Pimenta num belo artigo em que inventariou a presença da temática militar no conjunto da obra do poeta⁽³³⁾ — formulará, ao longo dessa síntese heroica da expansão guerreira dos portugueses que é configurada nas páginas dos *Lusíadas*, a acção ampliadora e armada dos nossos navegantes, exploradores ou soldados, por ele integrada num nível mundial de cruzada pela plena afirmação da cristandade, segundo um modelo ficcional que realça nas consciências a vertente heroica dos factos que refere. Insistirá, aliás, de uma tal maneira nesse idealizado destino épico< dotado de uma natureza sagrada e quase escatológica, que, apesar das suas bem conhecidas lamentações, expressas no fim do poema, em relação ao estado "de apagada e vil tristeza" no qual achava naqueles difíceis anos mergulhada a sua pátria, afirma então encarar ainda a possibilidade da sua recuperação histórica, de ser possível obter um

⁽³³⁾ Cf. Belisário Pimenta, "Camões e as 'artes bélicas' (Ensaio)", *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. XV, 1945, pp. 274-346. Veja-se também, por referirem algumas das vertentes deste problema, Hemâni Cidade, *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina*, vol. I, 2- ed., refundida e ampliada, Coimbra, Arménio Amado, 1963, pp. 325-355 (capítulo "«Os Lusíadas», síntese da literatura da expansão"), e Margarida Garcês da Silva, "Os Lusíadas" e o poder político", *Brotéria*, vol. 94, n.º 1, Janeiro de 1972.

retomo à grandeza antes vivida, pela via exclusiva da acção armada desses "vassallos excelentes" que acreditava irem existindo ainda.

A actividade historiográfica centrada durante o século XVII na abadia de Alcobaça, ainda que não uniformizável, como salientou já Alfredo Pimenta, no que respeita ao interesse e ao valor efectivo dos escritos dos diversos autores ⁽³⁴⁾, testemunhando uma primeira tentativa para sumariar integral e sistematicamente a história nacional, assumiu igualmente uma natureza apologética, tendente a definir e a cimentar uma consciência colectiva das origens próprias e do destino autónomo de Portugal. Ao serviço dessa estratégia, recorre à lembrança de um conjunto de factos fundadores, sejam eles os dados naturais, as leis que os poderosos foram ditando, as marcas da intervenção divina por intermédio de providenciais milagres e ainda, de uma forma recorrente e especialmente destacada, os mais violentos, decisivos e gloriosos dos combates travados. O que é, aliás, muito particularmente notado nas duas primeiras partes da *Monarchia Lusitana*, a sua porção mais extravagantemente "nacionalista", e que foi da responsabilidade de Frei Bernardo de Brito. Este lança a sua narrativa de uma feição arrevesada e fantástica, já designada como "apressada e inçada de reflexões moralistas, maravilhosa e mágica como os mais incríveis romances de cavalaria" ⁽³⁵⁾, recorrendo a uma ancestralidade lusitana que o autor considera poder radicar em figuras míticas, ou empenhadamente mitificadas, e sempre de pendor mais ou menos guerreiro, da história antiga. Apresentando-as imersas num ambiente de devaneio, como o do relato desse instante de vingança que se seguiu à morte imaginária, pretensamente "provada" pelo autor como verdadeira, de um Viriato que chama de "rei dos Portugueses", lançado, na luta contra os romanos, como aliado de Aníbal na batalha de Canas ⁽³⁶⁾. Será aliás esta sorte de juízos a

⁽³⁴⁾ Cf. Alfredo Pimenta, *Os Historiadores de Alcobaça*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943.

⁽³⁵⁾ António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 16ª ed., Porto, Porto Editora, 1992, p. 441.

⁽³⁶⁾ Fr. Bernardo de Brito, *Monarchia Lusitana*, parte I, Alcobaça, 1597, fl. 164. Esta espécie de associação forçada das qualidades militares de Viriato à condição militar dos portugueses fora também usada, ainda que com menor ênfase, por João de Barros (cf. o "Panegírico de D. João III", composto no ano de 1533, in *Panegíricos*, texto restituído, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1937, p. 35).

conduzir Fidelino de Figueiredo, que julgava o escritor cisterciense como um bem intencionado falsário, mas, ao mesmo tempo, como alguém um pouco desequilibrado e com bastante de quixotesco, à dedução como natural do facto de a sua obra ter provocado funda impressão aos olhos de sucessivas gerações de estudiosos, geralmente patriotas que ele designa por "espíritos de exaltada imaginação" (37).

Por outro lado, Frei António Brandão, ainda que patenteando uma preocupação documental mais séria, uma formação cultural de maior erudição e um outro rigor metodológico, não logrará escapar — imerso que estava ainda na mesma atmosfera de "sobreaquecimento religioso e patriótico" (38) que o seu antecessor vivera — a um discurso de teor apologético e providencialista, que tendia a ampliar no seu alcance e a interpretar de uma forma hiperbólica os gestos dos príncipes fundadores, numa atitude que pode ser simbolizada pela destacada descrição que faz do "milagre de Ourique", essa ocasião essencial da mitografia da nacionalidade com a qual abre a *Crónica de D. Afonso Henriques*, terceira parte da *Monarchia* da qual é autor (39). A divulgação de um labor patriótico, elogioso dos predicados da monarquia portuguesa, em larga medida demonstrado por intermédio da grandeza das atitudes dos seus representantes nos campos de batalha, pode aliás ser também seguido, para referir apenas mais um dos seiscentistas alcobacenses, em Frei Rafael de Jesus, autor da 1- parte da *Monarchia* e que escreveu também uma apologética *Vida do Serenissimo Rey Dom João 4.º da Gloriosa Memoria*, distribuída por duas partes manuscritas de que é conhecida apenas a segunda. É no prólogo a este complemento da grande obra dos freires que, como uma espécie de proclamação de princípios, se produz uma afirmação que exprime bem o sentido procurado por este género de escritos:

(37) Cf. Fidelino de Figueiredo, *Historia da Litteratura Classica. 2.- Epocha: 1580-1756*, 2- ed. revista, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1930, p. 233.

(38) Hernâni Cidade, *Lições de Cultura e Literatura portuguesas*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1968, pp. 388-389.

(39) Subentendendo-se aqui, como é evidente, a anterioridade do "milagre", que Brandão se limita a retirar, talvez, da *Crónica dos Sete Reis de Portugal*, devida provavelmente a Femão Lopes e redigida em 1419. Veja-se Luís Filipe Lindley Cintra, "Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)", in *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof Hernâni Cidade*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1957.

"Não se deve computar a vida de um Príncipe pelos anos que viveu, nem pelo tempo que Reinou, senão, pelo número dos sucessos políticos, e militares, caseiros, e estranhos, que no discurso da sua vida, e de seu governo aconteceram, pela circunferência de sua Coroa. Nestes se dilatam as penas dos historiadores, ainda que voem, porque não é possível relatar com brevidade, nem resumir com distinção o intensivo de materiais tão poderosos, e relutantes, como são os que se originam dos muitos, e varios cuidados, circunstâncias, e requisitos, de que se anima o corpo de uma Magestade, e com que se enfeita o de uma Monarquia (40).

Nos combates da Restauração

Com efeito, "voarão as penas" — por bem acrescidas razões — nos textos que divulgaram as peripécias e que asseguraram a memória dos longos e difíceis anos de campanhas militares da restauração da nacionalidade, tal como em muitos daqueles que procuraram atribuir-lhe uma legitimidade (41).

Os primeiros funcionam como instrumento de formação e de informação pública, veiculando determinadas formas de entendimento da realidade e, se assim se pode dizer, "produzindo opinião". Descrevem e deformam, exacerbam os ânimos e hiperbolizam os gestos, suavizam o horrível e atenuam o sofrimento, ao mesmo tempo que fazem por ignorar os pequenos dramas e as mais lancinantes contrariedades da guerra. É através deles que se constitui aquilo que, embora aplicado a uma outra realidade histórica, foi já designado como um "discurso monárquico acerca da guerra" (42). Este visa a celebração regular e sistemática da própria guerra, tomada, como se

(40) Frei Rafael de Jesus, *Vida do Serenissimo Rey Dom Ioão 4º da Gloriosa Memoria. Segundo volume da 18.- parte da 'Monarchia Lusitana'*, tomo I, publ. de M. Lopes de Almeida, Damião Peres e César Pegado, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1940-1942, p. 1.

(41) Veja-se Rui Bebiano "Literatura militar da Restauração", *Penélope*, Lisboa, nº 9/10, 1993, pp. 83-98. Regressa-se aqui, com ligeiras correcções, a algumas das ideias aí expressas.

(42) Cf. Michèle Fogel, "1620-1660: Constitution et fonctionnement d'un discours monarchique sur la guerre. L'information comme cérémonie", in *L'État Baroque. 1610-1652*, dir. de Henry Méchoulan, Paris, J. Vrin, 1985, pp. 335-352.

viu, como manifestação essencial da função monárquica. Ao mesmo tempo assegura, por intermédio de uma informação "filtrada" e da função emuladora do exemplo, o consenso político e o empenhamento da comunidade, indispensáveis na imposição do novo poder e na condução e encaminhamento do esforço de guerra.

Entende-se melhor a forma e o sentido deste género de discurso, observando em primeiro lugar o seu contrário, através de um texto despojado, directo, que parece não transmitir senão as impressões do seu modesto autor. Trata-se de um curiosíssimo manuscrito, da autoria de Mateus Rodrigues, há já algumas décadas parcialmente estudado e depois quase esquecido ⁽⁴³⁾. Aí, uma linguagem nua de artifícios, nem sempre muito clara, mas passional, obscena até por vezes, aproxima-nos do sentir de um soldado do tempo da Restauração, que descreve as povoações por onde passa, as gentes com quem cruza, os caminhos, as fazendas, o sol que brilha sobre a campina, as chuvadas rápidas e incómodas. Mas são principalmente as descrições de combates — escaramuças, razias, cercos, batalhas — que medem a diferença em relação às descrições oficiosas, mais frias, mais "objectivas" e, por isso mesmo, num certo sentido menos "verdadeiras". É aí, como exemplo que afere da relatividade dos discursos, e que ao mesmo tempo permite avaliar o alcance dos retoques feitos em obras mais elaboradas, que um comandante, muitas vezes apodado de herói, surge mais humano, mas também, com toda a certeza, menos infalível e menos belo. "*Sem haver ninguém que soubesse dele, nem se era vivo ou morto*" — conta o militar, falando do combate de Arronches, em Novembro, de 1653, e acerca do general André de Albuquerque, caído do cavalo logo no início da refrega e a quem, aliás, dedica a sua obra — "senão depois da bulha passada acharam-no como morto, todo enlambuzado em sangue, com os cabelos feitos em torcidas de sangue, e quase sem fala" ⁽⁴⁴⁾.

⁽⁴³⁾ Veja-se A. Faria de Moraes, *O Manuscrito de Matheus Roiz (1617-1691)*, separata do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Lisboa, 1952. Utilizei uma cópia da versão dactilografada do longo manuscrito, a partir de uma transcrição gentilmente cedida pela Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa. Redigido a partir de 1654, o mesmo espera por edição impressa, já em tempos projectada e que se mantém plenamente justificável.

⁽⁴⁴⁾ Mateus Rodrigues, *Campanha do Alentejo (1641-1654)*, transcrição dactilografada, folha 352. Será porventura interessante, para uma análise comparada dos dois tipos de leitura de um mesmo evento, comparar-se este

Perde-se completamente esta dimensão menos retocada da realidade quando se passa à leitura da produção, quase sempre impressa, que é aquela que a monarquia inspira, apoia e controla. É assim, desde logo, nos dois periódicos então saídos, os quais foram, aliás, os primeiros a surgir em Portugal ⁽⁴⁵⁾.

A *Gazeta em Que Se relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Varias Partes*, lançada mensalmente em Lisboa, com poucas interrupções, desde Novembro de 1641 até, pelo menos, Setembro de 1647, mostra bem, na curta duração que teve, o movimento de controlo que se esboça. É tradição não provada que seria o próprio rei quem fazia escrever, a ditado seu, o texto destas folhas, correndo também ter sido o cronista-mor, Frei António Brandão, a redigi-las. Seja como for, elas transmitem, num discurso inicialmente colorido mas que vai sendo progressivamente formalizado, acontecimentos da corte, do país e do estrangeiro — alguns de natureza fantástica — mas muito especialmente sucessos de guerra. Insiste-se aí no estatuto previdente e infalível das acções de comando, em última instância apresentadas como inspiradas no supremo comando do rei. Mas procura-se igualmente, em termos de opinião, o lançamento de uma dinâmica vitoriosa. Recorrendo, de modo a obter esse efeito, à informação do número de baixas, sempre estranhamente limitado, ao mesmo tempo que se sublinha a malvadez do inimigo ou se transmite a ideia de uma grande capacidade de retaliação da tropa portuguesa.

Já mais elaborado, e evidenciando uma consciência clara da sua missão formativa-informativa, será o *Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal e Castella*, que, dirigido por António de Sousa Macedo, secretário de estado de Afonso VI, se publicará em 1663 e 1664, seguindo-se ainda dois anos mais em que sairá sem identificação de autoria. Logo no primeiro número se explica a necessidade do boletim, levantado como contrapeso à forma como acerca da guerra em curso escreviam os castelhanos, contando "*patranhas nunca imaginadas e sem algum fundamento*":

texto com algumas cartas então escritas pelo próprio André de Albuquerque (cf. o L.º 2.º do Registo das cartas que os senhores Governadores das armas escrevem a SMg.de que Ds. guarde. Eivas 4 de fevereiro de 1653, cód. 540 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).

⁽⁴⁵⁾ Cf. José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Caminho, 1989, pp. 35-44.

"Ou pouco informados, ou muito ligeiros, ou com demasiada paixão, referem as cousas tão erradamente, que fica a relação sem alma, que é a verdade, e sua lição muito prejudicial a quem lhe dá crédito; e o pior é que, não sei porque fatalidade, o tem com os estrangeiros tão grande, que na opinião mais que nas forças os atemoriza Castela." (46).

Exagera-se então, nas páginas do *Mercúrio*, o número dos mortos no campo inimigo, ao mesmo tempo que, uma vez mais, se minimizam as perdas nacionais. Contam-se as maiores atrocidades castelhanas cometidas sobre as populações — um expediente de inevitáveis reflexos psicológicos — enquanto se corrigem ou deturpam notícias atemorizantes, entretanto postas a circular a propósito do enorme volume tomado pelos ajuntamentos de tropas inimigas (47).

O instrumento ideal, o mais usado e o mais rigorosamente cuidado na transmissão controlada do evoluir dos combates e da ligação destes com a imposição da vontade régia é, no entanto, a *relação*, pronta a ser vendida do cordel. No seu reduzido corpo, de fácil circulação e rápida leitura, repousa toda uma visão parcial e optimista da guerra, que sublinha a maldade do inimigo, a sua ineficácia, a desrazão do seu comportamento, que exagera sempre o valor dos movimentos do exército português, mostrando ainda a protecção divina de que este desfruta, a heroicidade sem limites dos seus chefes e a grandeza do seu soberano. Bebendo a sua eficácia na sede de informações de um público que não cessará de ser alargado — considerando o número imenso de opúsculos deste tipo impressos entre nós, os quais, seguindo a moda europeia, se ocupam também das guerras mais longínquas — o mote em que assentam é no entanto sempre idêntico, sublinhando a valentia, real ou imaginada, dos nossos soldados, bem como o carácter avassalador dos seus avanços:

"No meio do caminho nos saíram alguns quinhentos homens de cavalo bem concertados, aos quais acometeram os nossos soldados

(46) *Mercurio portuguez*, Lisboa, Janeiro de 1663, s.p.

(47) Alguns elementos muito curiosos sobre a contra-informação espanhola durante a guerra podem ser recolhidos em Consiglieri Sá Pereira, *A Restauração vista de Espanha. Histórias de portugueses contadas por espanhóis*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933. Veja-se ainda Fernando Cortés Cortés, *Espionagem e contra-espionagem numa guerra peninsular. 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

com tanto valor, e denodado brio, que os obrigaram a fugir à rédea solta, e desembaraçados deles, lhes fomos queimando tudo o que se encontrava de lugares, quintas, gados, e medas de pão, com tão extraordinário estrago quanto o furor militar costuma, e o inimigo se acolheu com tanto medo, que por não poderem com a pressa levar a pólvora, lhe puseram fogo." (48).

Encontra-se também outro tipo de *relações*, mais ambiciosas e dotadas de uma maior amplitude, as quais, denunciando por vezes algum desequilíbrio formal e interpretativo, abrem o caminho para os escritos mais completos e cuidados que surgirão posteriormente. É o caso dos textos de Luís Marinho de Azevedo (*Commentarios dos valerosos feitos*), e de João Salgado de Araújo (*Successos Militares das Armas Portuguesas*), ambos saídos no ano de 1644, ou ainda do *Tacito portuguez*, obra sobre a "vida e morte, ditos e feitos de El Rey D. João IV", escrita por D. Francisco Manuel de Melo e que ficou inédita até 1944. Na sua esteira, obras como a *Campanha de Portugal* (1663), de D. António Álvares da Cunha, coronel de ordenanças da corte e guardador da torre do tombo, a *Historia Belle Guerre di Portogallo*, saída em 1689 e dedicada pelo italiano Alessandro Brandano ao monarca lusitano (completada depois pelo sobrinho do autor, Francesco Brandano, com dois grossos volumes impressos em Roma já nos anos de 1716 e de 1724), e sobretudo a *História de Portugal Restaurado*, do general de artilharia e 3º conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, tomarão uma estrutura mais ampla e ordenada e funcionarão de um modo mais completo, como cuidados repositórios de informações, traçados com recurso a um discurso heroico e politicamente afeito à estabilização, então já tomada evidente e irreversível, do poder político instituído. Esta última obra, publicada a partir de 1679, foi escrita, não se esqueça, por um homem que combateu, dos 18 aos 35 anos de idade, nas campanhas da Aclamação, que esteve nas batalhas das Linhas de Eivas, do Ameixial e dos Montes Claros, que participou na tomada de Évora e na de Valença de Alcântara. A sua experiência será, como figura-chave que era da nova ordem imposta no plano interno pela ascensão de D. Pedro II, vertida para o papel de um modo plenamente controlado, tal como o próprio insinua, ao tratar a

(48) *Segunda Entrada que fez o Conde de Castel Melhor na villa de Salvaterra, em Galliza, chamada hoje Salvaterra de Portugal, Lisboa, Off. de Domingos Lopes Rosa, 1643, s.p.*

figura do falecido D. João IV: "é Deus verdadeira testemunha de que o meu principal intento é atalhar todos os defeitos que podem ofender a sua Divina Magestade, e ser prejudiciais à glória desta Monarquia "(⁴⁹).

Os propósitos descritivos, evidenciados em alguns escritos centrados nos temas da guerra que tomam a forma de literatura no seu estado "puro", desenvolvem-se entretanto seguindo uma das habituais estratégias do barroco. Aí a criação desloca-se quase exclusivamente para o elemento formal, enquanto que a realidade permanece no seu devido lugar, como que numa fotografia sujeita a filtros e a retoques. "Veja-se" assim como é possível ler, quase cinematograficamente, dois instantes da batalha das linhas de Eivas:

"Deo sinal o Clarim com força estranha,
Cujo bélico impulso, & vivo alento,
Fazendo estremecer toda a campanha,
Foy salva ao Sol, e adulação ao vento,
Movemse as tropas com galharda sanha,
E os esquadroens iguais no movimento,
Ao som tremolão de armas, e tambores,
Dos estandartes as diversas cores.

(...)

Granizando os mosquetes, e arcabuzes
Rayos de chumbo, entre Trovões ardentes.
O mesmo fogo das funestas luzes
De farol serve aos animos valentes.
Os leoens estremenhos, e andaluzes
Por mais, que então as garras impacientes
Feroz esgrimão, morrem, bem que ufanos,
Entre os Herculeos braços Lusitanos." (⁵⁰).

(⁴⁹) D. Luís de Menezes, *Historia de Portugal Restaurado. Offerecido ao Serenissimo Principe Dom Pedro Nosso Senhor*, tomo I, Lisboa, Off. de João Galvão, 1679, prólogo.

(⁵⁰) "A D. Antonio Luis de Menezes. Conde de Cantanhede (depois Marquez de Marialva) no felice sucesso, que teve no rompimento das linhas de Eivas", estrofes 14 e 36, in *A Fénix Renascida*, tomo IV, Lisboa, Off. de Miguel Rodrigues, 1746, pp. 385 e 392. Este longo poema surge na colectânea

Um outro tipo de escritos que, não aparecendo esse como o seu objectivo prioritário, colabora na produção de uma imagem artificiosa da guerra é, como se disse, o representado por obras que funcionam principalmente como um instrumento justificativo do exercício da violência militar. O *Marte português*, de João Salgado de Araújo, editado logo em 1642, a *Restauração de Portugal Prodigiosa*, normalmente atribuída ao padre João de Vasconcelos e publicada no ano seguinte, a *Exhortação Militar, ou lança de Achilles*, editada em 1650 pelo padre Timóteo Seabra Pimentel, e, mais breve e mais tardio, de 1670, ainda que provavelmente redigido antes da chegada da paz, o *Discurso politico, e militar emblema*, de Luís Lourenço de Sampaio, constituem reconhecidos exemplos deste tipo de literatura "militante", dotada de grande capacidade imagética, que buscam a ancestralidade da legitimidade histórica da guerra feita por Portugal ou anunciam publicamente a sua predestinação e o seu carácter miraculoso ⁽⁵¹⁾. O *Marte Português*, por exemplo, surge como texto laico, onde principalmente se recorre a fontes do direito para uma explicação da situação. Mas a obra do padre Pimentel situa-se numa outra dimensão, que é a da exposição da legitimidade, diante da sapiência divina, da atitude nacional, pois que, como titula o discurso quinto da obra, "a quem toma as armas pela força, e faz a guerra com justa causa não se lhe pode temer mau sucesso, pois que Deus é juiz recto, e Senhor dos Exércitos, que não atende mais que à justiça, e merecimento de causa" ⁽⁵²⁾.

Esta ideia articula-se com a lógica de muitos escritos do século XVII, que mostram como, numa perspectiva quase "messiânica", é possível abordar a guerra a partir do púlpito. Logo sob o domínio filipino é possível deparar-se com textos desse tipo, orientados para uma postura guerreira que prefigura inicialmente a resistência

de forma anónima, ainda que pareça bastante provável a autoria de António Barbosa Bacelar, e pode ser tomado como paradigma do género, verdadeira jóia de uma espécie de literatura que se coloca ao serviço da idealização da guerra e dos seus executantes.

⁽⁵¹⁾ Veja-se, a propósito do significado político destas obras, Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 2 vols., Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981 (especialmente o vol. I).

⁽⁵²⁾ Pe. Timóteo Seabra Pimentel, *Exhortação Militar, ou lança de Achilles, aos soldados Portuguezes, pela defensão de seu Rey, Reyno, & Patria, em o presente apresto de guerra*, Lisboa, Off. Craesbeeckiana, 1650, fl. 66v.

ultramarina ao holandês, mas que depois revela já o sonho da emancipação nacional. Durante as campanhas da Restauração, entretanto, tanto o número como o tom dos sermões que, a partir das igrejas portuguesas, conclamam os favores divinos e, mais politicamente, o apoio incondicional das populações para o esforço de guerra, adquirirão uma grande amplitude, mostrando-se também susceptíveis de divulgar nas consciências uma imagem, fortemente emocional e marcada por uma dimensão quase missionária, a propósito do papel combativo que as armas nacionais detinham no momento: "Defendam os soldados seus muros, subam fortalezas (...). Chegai-vos à mesa do divino Sacramento, comei o corpo de Cristo, bebei seu sangue, levantai-vos (...), abraçai escudos, que Deus pelejará por vós" (53).

Estratégias do poder absoluto

Aquilo que os condicionalismos exigentes de um tempo de guerra e de incerteza política podiam justificar e tomar mais facilmente compreensível, adquirirá uma maior complexidade no decurso do "século dourado", o da vigência plena do absolutismo monárquico em Portugal. Sabendo-se de que maneira, aqui como por toda a Europa, o processo de centralização política, coincidente com a imposição do conjunto de mundividências próprias da "civilização do barroco", incluiu uma importantíssima vertente propagandística, tendente a realçar as excelências e as capacidades, efectivas ou virtuais, das monarquias, compreende-se o papel desempenhado, em tal contexto, pela elaboração e destaque de uma imagem das acções de guerra, ou, pelo menos, por uma maximização fortemente idealizada das qualidades marciais de quem detém o poder.

A produtiva actividade da Academia Real de História aparece, entre nós, como expressão "institucionalizada" dessa tendência. O rei D. João V publicará, em decreto fundador de Dezembro de 1720, a sua intenção de que "se estabeleça uma Academia, em que se escreva

(53) D. Francisco da Trindade, *Sermão pregado no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 12 de Dezembro de 1640*, Lisboa, Off. de Manuel da Silva, 1642, fl. 15. Sobre este tipo de peças vejam-se as duas obras de João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, INIC, 1986, e *A Parenética Portuguesa e a Restauração. 1640-1668*, 2 vols., Porto, INIC, 1989.

a história eclesiástica destes Reinos, e depois tudo o que pertencer a toda a História deles, e de suas Conquistas", mas delineando como objectivo do seu funcionamento, e isso é tão importante que surge cuidadosamente expresso no decreto régio, o lançamento "uma Historia tão útil, conservando-se as acções tão dignas de memória, que nestes Reinos se tem obrado no aumento do serviço de Deus, da Igreja Católica, e dos seus reis, meus predecessores, e meu" ⁽⁵⁴⁾. Tais propósitos enquadram-se pois numa lógica de "história útil" que é a da autoridade soberana, a qual passa pela fixação da excelência, útil sempre que política e convenientemente orientada, das suas origens e fundamentos. Veja-se a propósito aquilo que é dito por D. Pedro de Almeida e Portugal, 3º conde de Assumar, antigo combatente da Guerra da Sucessão de Espanha, futuro 1º marquês de Castelo Novo e 1º marquês de Aloma, logo em uma das primeiras sessões académicas:

"Parece, que a Providência Divina reservou para o presente século, o vermos renascida em Portugal uma nova Atenas, composta de muitos mais Sábios, do que se contavam na antiga Grécia, para que se pudessem dignamente louvar as grandes utilidades, que resultam ao público da fundação desta Real Academia, e mais que tudo ao soberano influxo, que moveu o Real ânimo de Sua Magestade, nosso Augusto Protector, a estabelecê-la, pois entendendo, que não era bastante para a total felicidade de seus vassallos, o fazerem eles obras, e acções heroicas, e dignas de eterna memória, assim nas virtudes morais, como nos exercícios militares, e políticos, se ao mesmo tempo se não achassem Varões capazes de as fazer passar à posteridade (...)." ⁽⁵⁵⁾.

Tal espécie de texto contém, para além do interesse circunstancial, duas referências notáveis. A primeira une-se à implícita parcialidade do seu autor a respeito da equiparação que estabelece

⁽⁵⁴⁾ Decreto régio de 8 de Dezembro de 1720, publicado na *Collecção dos Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da Historia Portuguesa, que nos annos de 1721 a 1736 se compuzeram e se imprimiram por ordem de seus censores, dedicada a EIRei nosso senhor*, vol. I, Lisboa, Off. de Paschoal da Silva, 1721, n.º 1, s. fl. Veja-se também do marquês do Alegrete, Manuel Teles da Silva, a *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*, Lisboa, Off. de José Antonio da Silva, 1727.

⁽⁵⁵⁾ Prática do Conde de Assumar na Academia, transcrita por Manuel Teles da Silva, *oh. cit.*, pp. 205-206.

da função das letras à função das armas, exprimindo um momento mais da polémica que vinha do século anterior, dos tempos do célebre escrito de João Pinto Ribeiro, e que na altura ainda se mantinha bem viva ⁽⁵⁶⁾. A outra sugere com clareza o papel destacado daqueles que se aplicam na transmissão da lembrança das coisas da guerra, equiparando as vicissitudes do seu trabalho, com um exagero formal que é próprio dos textos da época, ás atribuladas situações por que passa o combatente.

A manipulação — ao mesmo tempo alegórica, exemplar e justificativa — que as instituições de mando e os seus instrumentos culturais fazem da historia é, pois, constante e excepcionalmente desenvolvida, aparecendo, numa perspectiva não compreensiva do homem de hoje, como abusiva e mesmo sufocante. Tal significa que, entre vários outros aspectos, se tenha agora tomado constante o recurso, muitas vezes completamente acrítico ou então mais ou menos "adaptado", a personalidades e a factos do passado que fossem susceptíveis de, fortemente hiperbolizados e pela precedência do seu significado, tanto como pelo grande alcance do seu exemplo, justificar uma determinada atitude ou um certo tipo de comparação. O arsenal simbólico do poder — em especial daquele que era detido pelos reis — constrói assim uma espécie de um vasto Olimpo, assente na composição do original mas para o qual foram gradualmente sendo como que "cooptados" alguns intérpretes, determinadas atitudes, certos gestos reconhecidos como exemplares, da história nacional e também da do universo. Nesse grupo de eleitos, tem sempre lugar reservado, e de necessário destaque, o ímpeto bélico do monarca —

⁽⁵⁶⁾ Refiro-me ao texto de João Pinto Ribeiro, *Preferencia das Letras as Armas*, Lisboa, Off. de Paulo Craesbeeck, 1645, situado no centro de uma polémica que duraria largas dezenas de anos (veja-se a propósito Luís de Sousa Rebelo, "Armas e Letras", in *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, dir. de João José Cochofel, vol. I, Porto, Iniciativas Editoriais, 1977, pp. 426-453, e Luís Miguel de Oliveira Andrade, *João Pinto Ribeiro. O Estado e Sociedade na perspectiva de um letrado*, dissertação de mestrado policopiada, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, e "As armas e as letras. João Pinto Ribeiro", in *Universidade(s). História - Memória - Perspectivas*, vol. V, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso "História da Universidade", 1991, pp. 51-77). Pelos meados da segunda década do século seguinte, a Academia dos Generosos, na última das fases mais criativas da sua existência (aquela que, sob a égide do Conde da Ericeira, viveu entre 1696 e 1720), dedicava ainda sessões inteiras ao debate do assunto.

seja ele aquele que se encontra em exercício ou os seus antecessores — dos seus generais e dos seus mandatários, toda a espécie de actos de temeridade guerreira, a heroicidade dos actos de conquista e os apetites de domínio neles demonstrados. É justamente isso que é mostrado em algumas das mais significativas obras produzidas pelos nossos académicos, como sejam a monumental *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de D. António Caetano de Sousa, que começou a sair em 1735, ou os *Fastos políticos e militares*, de Inácio Barbosa Machado, lançados dez anos depois (57). Ao mesmo tempo, no domínio da fixação de uma imagem dos factos ultramarinos, continuam naturalmente a destacar-se, exagerando-se frequentemente a sua dimensão real, aquelas que se julgam como as mais representativas das glórias militares aí vividas. Como acontece por exemplo, entre outros e diversos escritos, em obras saídas na época como a *História da America Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, ou na dissertação de Inácio Barbosa Machado, por ele designada como *História Militar do Brasil* (58).

Para além do conteúdo fortemente marcado por notícias de actos de guerra, situados nas mais variadas partes do mundo que os soberanos europeus contactavam, reconhecível em quase todos os exemplares da colecção da *Gazeta de Lisboa*, subtitulada como jornal das "notícias do estado do mundo", encontra-se todo um enorme conjunto de folhetos de cordel, aplicados em descrever toda a sorte de batalhas, combates ou simples recontros e, de acordo com a qualidade dos partidos neles empenhados, em dar um tom heroico, exemplar, ou, contrariamente, impotente e derrotista, ainda que a contragosto, às suas atitudes no momento do combate. José Freire de Monterroio Mascarenhas (1693-1760), o grande publicista, por vezes designado, não injustamente, como o fundador do jornalismo português, grande

(57) Vejam-se D. António Caetano de Sousa, *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa desde a sua origem até o presente*, 12 tomos, Lisboa Off. Sylviana da Academia Real, 1735-1748, bem como as suas *Provas*, saídas em 6 tomos, Lisboa, Off. Sylviana da Academia Real, 1739-1748, e ainda Inácio Barbosa Machado, *Fastos políticos e Militares da antiga e nova Lusitania, em que se descrevem as acções memoráveis que na paz e na guerra obraram os portugueses nas quatro partes do mundo*, Lisboa, Ignacio Rodrigues, 1745.

(58) Vejam-se Sebastião da Rocha Pita, *Historia da America Portuguesa, desde o anno de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*, Lisboa, Off. de José António da Silva, 1730, e Inácio Barbosa Machado, *Historia Militar do Brasil*, manuscrito na Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 848, fl. 49 ss.

viajante e poliglota, redactor da *Gazeta* durante algum tempo e ele próprio tendo servido como capitão de cavalaria entre os anos de 1704 e 1710, na guerra da Sucessão de Espanha, é figura emblemática deste processo. Prolífico como nenhum outro, deixou um número imenso de obras, impressas ou sob forma de manuscrito, que se mostram incontornáveis para quem pretenda conhecer de que modo imaginavam os portugueses da primeira metade do século XVIII os campos de batalha do mundo inteiro. O tom parcial é nele, entretanto, tão habitual como em outros, transformando até, se para efeitos de glorificação das armas portuguesas preciso for, e considerando embora que a maioria dos seus escritos do género diga respeito a combates envolvendo potências estrangeiras, qualquer modesto cruzamento de armas vivido no sertão em batalha difícil, decisiva e imortal⁽⁵⁹⁾.

Esta espécie de papéis não perde também a oportunidade — acompanhando sempre os actos de guerra que se mostrem capazes de promover a elevação da figura do rei — de divulgar, ampliando-o o mais possível, o impacto imediato dos acontecimentos. É assim que, entrando o exército luso em Madrid, sob o comando do marquês das Minas, com o objectivo de firmar os interesses do pretendente Carlos III, se conta com a maior redundância, para quem às funções não tivesse podido assistir, como chegou a notícia à capital do reino:

"Em vinte e oito de Junho despachou o Marquês das Minas a El Rei nosso Senhor seu filho primogénito o Marquês, com a notícia de haver posto à obediência de El Rei Católico a Corte de Madrid, com tanta glória do nome Português, como se deixa considerar. E chegando o Marquês a esta Corte a seis de Julho, foi incrível o alvoroço com que toda a corte recebeu esta nova, e o contentamento que com ela teve Sua Magestade. E atribuindo a Deus nosso Senhor com sua costumada piedade todos os gloriosos sucessos das suas Armas, quiz publicamente render as graças ao Autor das vitórias, e acompanhado de toda a Corte, vestida de gala, no dia oito de Julho foi com o Príncipe nosso Senhor, e suas Altezas, à Sé desta Cidade assistir ao *Te Deum laudamus*, alegrando os seus vassallos com sua real presença, e assegurando o contentamento de todos com a sua boa disposição. (...) Na noite deste dia, e nas duas seguintes, houve nesta Corte vistosas luminárias, e fogo, e nas Torres da barra salva de artilharia, e repiques

⁽⁵⁹⁾Veja-se, como exemplo, o opúsculo *Os Orizes conquistados ou noticia da conversam dos indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do certoão do Brasil, novamente reduzidos à Santa Fé Catholica, & á obediencia da Coroa Portuguesa*, Lisboa, Off. de Antonio Pedrozo Galram, 1716.

em toda a Cidade. E a mesma demonstração de salvas mandou Sua Majestade fazer nas praças fronteiras do Reino." (60).

A partir da viragem da metade do século, ao lançar-se uma renovação dos métodos e sobretudo dos temas no campo da elaboração sistemática de obras de história nacional, particularmente representada pelo núcleo empenhado nesta disciplina que se organizaria dentro da Academia Real das Ciências, fundada em 1779, reconhecem-se enfim os primeiros passos no sentido de atribuir um peso menor e menos entusiástico às notícias das coisas da guerra. Estes demonstram essencialmente a procura de um maior rigor na fundamentação documental e de uma maior diversidade analítica e temática, orientada em especial para a produção monográfica e já distanciada dos escritos ambiciosos, de pendor globalizante, que eram anteriormente produzidos em exclusivo. Mas, evidenciando os progressos, vividos no contexto das Luzes, de uma preferência pelas situações de paz, se é por esta época que se enuncia pela primeira vez o propósito modelar de construir uma história que coloque os santos e os heróis num plano mais modesto do que aquele assumido nas obras escritas num passado longínquo ou mais imediato, também é verdadeiro que tal não excluirá a continuidade de uma atracção, dotada com toda a certeza dos seus seguidores e apoiantes, pelo modelo mais tradicional. Obras como os *Elogios dos Reis de Portugal*, saídos em 1785 e da autoria do padre António Pereira de Figueiredo, ou o *Gabinete Histórico*, que Frei Cláudio da Conceição começou a publicar somente em 1818 mas que é marcado por uma metodologia e por um estilo, para não dizer por uma mentalidade, que são ainda muito claramente característicos do século anterior, evidenciam bem essa permanência, esse fascínio sentido mais pela idealização da prática guerreira do que por ela mesma:

"Mostrar à face de todas as Nações a constante, e nunca interrompida fidelidade dos Nobres, e Honrados Lusitanos aos seus Monarcas; o seu entusiasmo pela glória de seus Príncipes, felicidade do Império, e esplendor do Trono; descrever aquele valor Português tão conhecido, e tão decantado em todo o Orbe pelas cem bocas dos

(60) *Terceira Relaçam dos Gloriosos Successos das Armas Portuguezas, depois da expugnaçam, e rendimento da Praça de Alcantara, Lisboa, Off. de Antonio Pedrozo Galram, 1706, p. 13.*

clarins da fama; acender cada vez mais no coração dos meus amados Patrícios o Sagrado fogo do patriotismo; deixar à posteridade estas máximas, tanto políticas, como morais, de que todo o bom Vassalo deve oferecer-se generosamente aos maiores perigos, e despir de si o amor da vida por obedecer ao seu Rei, e adquirir triunfos à sua religião, e à sua Pátria, eis aqui o precioso alvo das minhas vistas." (61).

Todavia, deve ter-se em conta que a influência do impulso iluminista, desvalorizadora do entendimento da guerra como puro acto da glória monárquica e particularmente vivida, no campo do pensamento militar, por uma preferência pelo estudo científico da arte da guerra, sobreposto à simples admiração dos grandes feitos de soberanos e de generais (62), se começa também a sentir entre nós, em especial a partir da presença reformadora do *Aufklärer* Wilhelm, conde reinante de Schaumburg-Lippe, um representante típico da escola de guerra prussiana. É notável como desde a época da sua actividade entre nós, as descrições dos actos de guerra, não perdendo o tom exaltado e parcial, se tomam muito menos numerosas — ainda que ao fenómeno se una, sem dúvida, uma alteração dos gostos e dos interesses do público leitor — e, ao mesmo tempo, se começam a preocupar bastante mais com a objectividade e a verosimilhança dos factos que relatam do que com a exuberância comunicativa.

Uma questão de sensibilidade

No decorrer destes últimos séculos, ia-se afirmando também toda uma outra forma de idealização — ou, talvez com maior rigor, de maquilhagem — das coisas da guerra. Ela caminha, por assim dizer, em duas direcções essenciais, de algum modo sugeridas já pelos textos retirados das óperas lembradas no início. Tais formas de consideração do acto guerreiro, desenvolveram-se especialmente, ao longo do período que separa os últimos anos da Guerra dos Trinta Anos das vésperas da Revolução Francesa, no contexto das opiniões

(61) Fr. Cláudio da Conceição, *Gabinete Histórico*, tomo I, Lisboa, Imprensa Régia, «Discurso Preliminar», pp. XIII-XIV. A obra, em 16 volumes, seria publicada entre 1818 e 1831.

(62) Cf. Azar Gat, *ob. cit.*, pp. 25-135, e ainda Christopher Duffy, *The Military experience in the Age of Reason*, London, Routledge & Kegan, 1987.

e das vivências sucessivamente detectáveis nos sectores que se encontram social, política e culturalmente mais destacados.

Com efeito, a concepção da guerra como espaço de glória, mas também de divertimento, local de uma espécie rara de felicidade, no qual o homem de condição pode ao mesmo tempo afirmar o seu domínio do mundo e fruir de uma das porções mais inebriantes dos seus prazeres, integra-se no sistema de valores caro já ao "homem barroco", do qual a civilização aristocrática de Setecentos será a directa herdeira.

Para este, o "dar-se a ver" no vasto teatro que é o mundo, constitui preocupação constante e essencial, definindo-se o lugar político do indivíduo pelo destaque, de uma natureza fortemente visual, que o mesmo consegue deter no espectáculo imenso que a vida em sociedade representa. Baltazar Gracián, o apóstolo do barroco encarado como um estilo de vida, mostrou bem o sentido humano dessa estratégia do artifício: "Oh varón cándido de fama! Tu, que aspiras a la grandeza, alerta al primor. Todos te conozcan, ninguno te abarque; que con esta treta, lo moderato parecerá mucho, y lo mucho infinito, y lo infinito más." (63). É o culto do exagero e do realce social como filosofia da existência que determina agora a projecção do indivíduo nesse mundo que o envolve e para se movimentar no qual ele essencialmente existe. "Como pode vencer quem pouco activo?", perguntará enfadado Sebastião da Rocha Pita, o poeta gongórico da baiana Academia dos Esquecidos que foi igualmente coronel de infantaria de Ordenanças, para depois concluir que "so triunfa em falar, em calar erra / o racional vivente discursivo" (64).

A figura do *herói*, não exclusiva mas essencialmente projectada a partir das tarefas executadas nos campos de batalha, ou de actividades que com elas de algum modo relacionam, exprimirá então, na maior perfeição possível, esse trajecto rumo à atitude que já foi definida como uma espécie de "hipertrofia do eu" (65), traduzida num

(63) Baltazar Gracián, "El Héroe", in *El Héroe. El Discreto*, 7- ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1969, p. 10.

(64) Sebastião da Rocha Pita, "Quem cala vence. Assunto heroico da presente conferência", in *Antologia da poesia do período barroco*, organização de Natália Correia, Lisboa, Moraes, 1982, pp. 254-255.

(65) Cf. Claude-Gilbert Dubois, *Le Baroque. Profondeurs de l'apparence*, Paris, Larousse, 1973, pp. 218-232, e Rui Bebiano, "Ser, Parecer: Aspectos do Corpo Barroco", *Vértice*, Lisboa, n.º 17, Agosto de 1989, pp. 27-32.

desejo sem limites de exercício de autoridade e de reconhecimento público de glória, a qual, ao longo do século XVII, se vai tomando característica indissociável da filosofia e do estilo de vida do homem de condição, empurrando o seu corpo a todo o momento para a boca de cena, e, por essa via, atribuindo-lhe uma efectiva existência.

Muito daquilo que se publicou na época denuncia, a todo o momento, a presença desta atitude, muito bem representada, para o caso português, num tipo de textos que acompanha o movimento restaurador e que se manterá até para além do seu fim. É composto de formas diversas, em verso e em prosa, de um género apologético — o *panegírico* — capaz de estimular vontades para os combates em curso, mas também, o que é aqui essencial, de testemunhar respeito e de despertar o reconhecimento geral diante da bravura e do gesto vitorioso. Na sua forma redundante, exagerando situações e exaltando-se constantemente no verbo, dotados de uma qualidade literária variável mas nunca muito elevada, existem por si ou acompanham muitas das vezes toda a sorte de obras impressas (circulando também, e bastante, sob forma manuscrita), ligando o mais explícito louvor a frequentes referências de natureza erudita, por intermédio das quais pretendem realçar as virtudes, o comportamento e a qualidade da personalidade em causa.

Surge assim, logo no ano de 1641, quem chame a Matias de Albuquerque, esse mesmo que parece ter desaparecido na queda do cavalo logo no início do combate de Arronches, um "rayo de guerra, da patria muro", enquanto designa o conde do Vimioso por "novo Marte Christão" e considera, referindo-se ao jovem D. Luís de Portugal, filho do último, que se assemelharia, ao mostrar-se aos olhos do mundo como belo e corajoso, "na rigida mão, na tenra cara", a Amor e a Marte ⁽⁶⁶⁾, devendo ser no entanto o seu lado guerreiro a imortalizá-lo. E João Pereira da Silva, membro da Academia dos Singulares e autor de uma *Vida e acções do Marquez de Marialva*, considera este, seguindo idêntica lógica laudatoria, "aquelle Heróy, que no zelo, e no amor da Patria unico, foy maxima que inculcada successivamente na tradição dos vindouros cada vez se

⁽⁶⁶⁾ Antonio Gomes de Oliveira, *Sonetos Heroicos Concernentes à Magestade e Estado Politico, e Militar do Sempre Augusto Rey Dom Ioam IV, N. S., Lisboa, Off. de Antonio Alvarez, 1641, fis. 8v.-10.*

fará mayor em sua veneração" (67). Aliás, sendo D. António Luís de Menezes, o 3º conde de Cantanhede que a regente D. Luisa de Gusmão titulou em 1661 marquês de Marialva, uma figura controversa da sua época, a verdade é que foi também, indiscutivelmente, dotada de um lugar social e de um papel militar de primeiro plano, por isso mesmo apontado — a par de um Matias de Albuquerque ou de um Castelo Melhor, para além, evidentemente, das figuras régias — como alvo privilegiado de homenagens do estilo. É esse "Lusitano Marte" que Frei Jerónimo Baía homenageia, em um dos poemas que surge compilado na *Fénix Renascida*:

"Os de Carthago cessem de jactarse
Do valor de Annibal tão excellente,
Cessem já os Romanos de acordarse
Daquelle Scipião preeminente,
Não queira Portugal já mais lembrarse
Do seu grão Viriato tão valente,
Pois hoje vos vê fiel retrato
De Annibal, Scipião, e Viriato." (68).

A evolução da civilização aristocrática europeia, depois de ultrapassados os conturbados tempos do "século de ferro" (69), assim como o próprio processo de transformação da arte militar, tenderam entretanto a atribuir às actividades marciais um aspecto cortês, quase convivial, que, de alguma forma e durante algum tempo, tapará o

(67) João Pereira da Silva, *Vida e acçoens do Grande D. Antonio Luis de Menezes, terceyro Conde de Cantanhede, & primeiro Marquez de Marialva. Livro I* [BGUC: Manuscritos, cód. 593, fl. 1]. O documento encontra-se transcrito no *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 15, 1942, pp. 1-157. Veja-se também Fr. António Lopes Cabral, *Panegírico ao Excellentissimo Senhor Dom Antonio Luis de Menezes. Dignissimo Marquez de Marialva, Conde de Cantanhede, do Conselho de Estado, & Guerra, Presidente no da Fazenda, & Capitão general das Armas Portuguezas. Em a memmoravel victoria de Montes Claros, Lisboa, Antonio Craesbeeck de Mello, 1665.*

(68) p. Jerónimo Baía, "Panegyrico ao Excelentissimo Senhor Marquez de Marialva pela vitoria de Montes Claros", in *A Fénix Renascida*, tomo III, Lisboa, Antonio Pedrozo Galram, 1746, p. 69.

(69) A expressão surge pela primeira vez num escrito de Jean de Parival, *Abrégé de ce siècle de fer, contenant les misères et les calamitez des derniers temps, avec leurs causes et prétextes*, saído em Leida no ano de 1659. Foi retomada, com um idêntico sentido, em uma obra de Henry Kamen, *The iron century. Social change in Europe. 1550-1660*, London, Weidenfeld and Nicolson, 1971.

seu lado mais chocante e terrível. É o tempo da "guerre en dentelles", a "guerra de punhos de renda", que se compraz em ver-se ao espelho e que é capaz de mascarar o fragor dos combates, tal como a dor e o medo daqueles que neles intervêm, por meio da sua concepção como movimento geométrico, asséptico e perfeito, de uma espécie de "soldadinhos de chumbo".

O corolário tático inevitável da afirmação, vivida na centúria de Seiscentos, das possibilidades letais dos exércitos, era agora a tendência para aumentar a distância que separava no terreno da batalha as forças em presença, e era também uma superior ponderação da própria decisão de travar batalha. Daqui resultaria a aplicação, no domínio da movimentação das forças em presença, de uma certa tendência para o imobilismo, privilegiando-se as manobras defensivas, implantando-se os conflitos longos, nos quais, com frequência, os interesses económicos, as convenções sociais, e sobretudo as conveniências políticas, tendiam a impor-se crescentemente sobre os factores de uma natureza mais estritamente militar. A arte da guerra toma nesta altura como propósito — julgado como absolutamente essencial, se fôr seguida a opinião de Roger Caillois ⁽⁷⁰⁾ — a tentativa de conduzir as operações militares de acordo com a procura dos custos menores, fazendo sempre por iludir a concretização dos recontros mais inevitavelmente sangrentos. Tudo se passa então como se uma espécie de instinto de conservação da própria nobreza, que, entre outros motivos de circunstância, por certo tinha entre os seus soldados muitos dos seus camponeses, tendesse a fazer diminuir a violência e a morte dos campos de batalha. Os teóricos aconselham por esta altura, tanto quanto os responsáveis da Guerra o passam a determinar, que se não trave batalha senão diante da necessidade mais extrema. É então que, muito mais do que durante o século XVII, se investem sistematicamente grandes somas na construção de praças fortes, procurando-se, por intermédio de tal política, conseguir o isolamento do inimigo a partir de pontos de apoio, "posições-chave", de onde, sem a necessidade de grandes movimentações e com um relativo controle das perdas e dos gastos, se podia efectivamente "comandar" política e militarmente toda uma região.

⁽⁷⁰⁾ Cf. Roger Caillois, *Bellone ou la pente de la guerre*, Bruxelles, La Renaissance du Livre, 1963, pp. 71-72. Veja-se também Richard A. Preston, Alex Roland e Sydney F. Wise, *Men in Arms. A history of warfare and its interrelationships with western society*, 5^ª ed., Fort Worth, Harcourt Brace Jovanovich, 1991, pp. 116-132.

Esta alteração táctica coincide, entretanto, com profundas transformações culturais, as quais atribuem a este género de mudança uma dimensão que lhe é muito própria, e que não pode ser menosprezada. Com efeito, o desenvolvimento de uma nova espécie de atitude, de um novo procedimento diante da realidade da guerra, não pode ser imune aos valores e aos hábitos por esta época desenvolvidos no contexto da chamada "civilização aristocrática", em grande parte, como se viu, estruturada no contacto cultural do mundo barroco. Sabendo-se como, pelos finais de Seiscentos, o modelo de comportamento dos sectores sociais predominantes, particularmente daqueles de condição nobre, começa a ser o aplicado nos rituais e nos códigos de valor de uma luminosa "vida de corte", vértice e eixo das grandes unidades políticas apoiadas em monarquias fortemente centralizadoras e autoritárias ⁽⁷¹⁾, e conhecendo-se ainda como os aspectos essenciais da orientação e da condução da guerra permanecem entregues justamente a esses sectores sociais de maior estatuto e capacidade, compreender-se-ão melhor alguns dos caminhos que por algumas décadas foram dando a forma ao encaminhamento das actividades militares.

É, pois, neste contexto que pode começar a compreender-se um pouco melhor um conjunto de comportamentos desenvolvidos em alguns sectores militares, tal como também no próprio teatro dos acontecimentos guerreiros, o qual tendeu a acentuar a dimensão lúdica e excitante desta actividade. Essa "guerra de punhos de renda" comporta, realmente, vertentes que importa enunciar: a primeira diz respeito ao desenvolvimento táctico dos processos de combate. Mas se estes excluem, como se viu, a procura absoluta do combate, reflectem também, diante da sua inevitabilidade, um aparato cénico que, no fundo, o transforma numa espécie de partida de xadrez jogada pelos altos comandos e, ao mesmo tempo, torna a sublinhar as potencialidades destrutivas. Ninguém pensa ainda em pôr os soldados ao abrigo do fogo inimigo, colando o seu corpo ao solo, dissimulando-os num bosque ou fazendo-os desaparecer atrás de trincheiras. Procura-se sim, contrariamente, conduzi-los até terrenos idealmente nus e planos, sem obstáculos nem desnivelamentos, com o objectivo

⁽⁷¹⁾ A obra de referência para o entendimento deste problema continua a ser o clássico de Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1987 (a edição original é de 1969). Veja-se ainda Sergio Bertelli e Giuliano Crifó (dir. de), *Rituale, Cerimoniale, Eticheta*, Milano, Bompiani, 1985.

de não perturbar, lembrando um tabuleiro de xadrez, a bela ordenação das linhas de homens, convenientemente separados para que o fogo não seja por demais mortífero, mas ao mesmo tempo de peito descoberto. Além disso, também não se procura a destruição sistemática do antagonista, evitando-se persegui-lo em terreno acidentado e regressando logo que possível à cidade fortificada ou convenientemente defendida — como fez o marechal austríaco Daun, vencedor de Frederico, o Grande, na batalha de Kollin, em Junho de 1757 ⁽⁷²⁾ — para aí fazer cantar um solene *Te Deum* de acção de graças, ou simplesmente recuperar forças e evitar deserções ou excessos das tropas.

Uma segunda vertente desta guerra "higiénica" refere-se a um conjunto próprio de comportamentos e de valores, os quais, abrangendo uma parte significativa dos elementos mais graduados da oficialidade, mas tocando depois o conjunto dos sectores de topo da sociedade europeia, permitiram o desenvolvimento de um imaginário de certo modo idílico a propósito da condição militar e das actividades que lhe são inerentes.

As convenções implantadas no mundo da nobreza reflectem-se muito especialmente neste domínio. É a guerra do famoso "Messieurs les Anglais, tirez les premiers", soltado no início da batalha de Fontenoy, que implica a aplicação da complexa etiqueta de corte ao campo de batalha, do mesmo modo que aos rigorosos maneirismos cortesãos era possível contrapor uma visão mecânica e previsível da evolução das tropas no terreno de batalha. Foi justamente isso que, como conta Cardini, fez com que, na Guerra da Independência Americana, os disciplinados batalhões de linha ingleses fossem por mais do que uma vez vencidos por colunas de irregulares, adoptando técnicas de guerrilha que para eles surgiam como "desleais" e inteiramente estranhas ⁽⁷³⁾.

Ao mesmo tempo, tal perspectiva implica uma alteração da postura cívica do oficial, agora socialmente destacado, já não tanto, e

⁽⁷²⁾ Episódio referido por Roger Caillois, *ob. cit.*, p. 74.

⁽⁷³⁾ Franco Cardini, *La culture de la guerre. Xe-XVIIIe siècle*, Paris, Gallimard, 1992, p. 153. Veja-se também, do mesmo autor, "Messieurs les Anglais' overo l'educazione di Marte", in *Rituale, Ceremoniale, Etticheta*, dir. de Sergio Bertelli e Giuliano Crifo, Milano, Bompiani, 1985, pp. 193-208, e ainda Michel Gilot, "Le souvenir d'une belle bataille", in *L'Histoire au Dix-Huitieme Siècle. Colloque d'Aix-en-Provence (Mai 1975)*, Aix-en-Provence, EDISUD, 1980, pp. 307-328.

cada vez menos, pela atitude brutal e discricionária de duro combatente ou de terrível ferrabrás, mas antes, tanto quanto por uma crescente competência técnico-profissional, pelo polimento e pela magnanimidade do seu comportamento. É essa a origem das numerosas normas e orientações tendentes a impor a marcialidade do porte e o cuidado do fardamento, que passam inclusivamente pela miscigenação do traje militar com a moda civil, espalhando-se entre ambos os campos o uso de rendas, de plumas, de chapéus, de cabeleiras e outros ornamentos (74). E é essa também a preocupação entre nós revelada por um André Ribeiro Coutinho, que, em *O Capitão de Infanteria Portuguesa*, já de 1751, se empenha tanto, antes ainda das normas rigorosas e do esforço de definição de um protótipo do oficial carregados pelo proto-iluminista conde de Lippe, em delinear regras de profissão mas também de etiqueta e de sociabilidade que assegurem ao oficial o lugar na escala de respeitabilidade que lhe é devido. Tais atitudes ligam-se a um processo global de intromissão da atitude e do gesto militar na esfera da vida civil, sendo por esta altura que se desenvolve a concepção do desfile militar tomado também como ornamento ou mesmo como acto festivo, e se inserem alguns dos rituais castrenses em práticas lúdicas de tipo colectivo, dotadas agora de uma grande importância simbólica e de um valor propagandístico como formas de ostentação do poder político e social. Estas são, entre nós, especialmente materializadas na prática sempre concorrida da tourada, em parte organizada como exercício militar (75).

Os motivos presentes nos belos azulejos da Sala das Batalhas do Palácio Fronteira, construído no último terço de Seiscentos em S. Domingos de Benfica (as obras parecem ter ficado concluídas em 1679), representam ainda um outro testemunho, bastante temporão, desta atitude. Os oito painéis que aí se encontram, "sem dúvida fabricados em Portugal, possivelmente até por algum combatente ou observador, tais são os pormenores interessantíssimos que apresentam" (76), os quais representam as principais batalhas das

(74) Veja-se Jacques Rupert, *Le Costume. Époques Louis XIV et Louis XV*, Paris, Flammarion, 1990.

(75) Vejam-se dois trabalhos do autor: "Elementos de um barroco militar", *Revista de Historia das Ideias*, Coimbra, vol. 11, 1989, pp. 113-127, e a entrada "Tourada", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, dir. de José Fernandes Pereira, Lisboa, Presença, 1989, pp. 486-487.

(76) José Cassiano Neves, *Jardins e Palácio dos Marqueses de Fronteira*, 2- ed., Lisboa, Câmara municipal, 1954, p. 31.

campanhas da Restauração, tendo o conde da Torre e 1º marquês, D. João de Mascarenhas, sido um dos seus generais de maior destaque, serviriam, ao longo de muitas décadas, de cenário a jantares e a bailes promovidos nesse amplo aposento pelos marqueses. Foi aliás reforçado ainda o destaque dos seus elementos figurativos quando das obras de beneficiação promovidas, já durante a segunda metade do século seguinte, pelo 5º marquês, D. José Luís de Mascarenhas. A guerra, na glória dos seus resultados mas também na crueza dos seus pequenos dramas, perdurava desta maneira no quotidiano de uma das mais importantes casas de nobreza.

O resultado de todo esse processo de idealização da função militar vivido no decorrer dos séculos XVII e XVIII, desenvolvido por todo o espaço europeu, foi principalmente a produção de uma imagem galante e de uma certa maneira depurada do horror da prática da guerra, imposta pelo poder político e pelos segmentos sociais que nela tinham um papel de destaque. Apenas as transformações militares depois suscitadas pela Revolução Francesa e, sobretudo, as iniciativas napoleónicas, permitiriam a reaproximação de um esforço guerreiro notavelmente mais sangrento e também orientado num sentido colectivo, menos personalizado, deslocando o espaço de glória da figura régia e da personalidade aristocrática, para a consumação dos destinos nacionais.

Quando Karl von Clausewitz definir, na obra-prima da arte militar que é o *Vom Kriege (Da Guerra)*, publicado postumamente em 1832-1834 (77), as suas ideias a respeito da subordinação total da acção militar à prática política, entendendo o Estado, tomado como a mais elevada e unificante expressão da vida em sociedade, na qualidade de única entidade apta para definir as estratégias do corpo militar, e considerando, com base na "razão de Estado" prussiana, que estas devem ser essencialmente postas ao serviço de um projecto nacional, terá já deixado para trás, sepultado nos campos de batalha das guerras napoleónicas, o ideal setecentista de uma prática bélica motivada

(77) Cf. Raymond Aron, *Penser la guerre. Clausewitz*, 2 vols., Paris, Gallimard, 1976; Peter Paret, *Clausewitz and the State*, Oxford, Oxford University Press, 1976, e *Understanding War. Essays on Clausewitz and the history of military power*, Princeton, Princeton University Press, 1992; John Keegan "Peace by other means? War, popular opinion and the politically incorrect Clausewitz", in *The Times Literary Supplement*, nº 4680, 1992, pp. 3-4 e *A History of Warfare*, London, Hutchinson, 1993, em especial a pp. 12-28; e também Azar Gat, *oh. cit.*, pp. 139-263.

pelos interesses dinásticos e condicionada pelos valores dominantes num tipo de civilização de base aristocrática. A qual, depois de 1789, jamais poderia voltar a ser a mesma. Seria já um pouco essa, pelo menos em alguns dos seus fundamentos, a ideia, que Gomes Freire de Andrade sugerirá entre nós, em 1806, no *Ensaio sobre o methodo de organizar em Portugal o exercito*, propondo em Portugal uma forma de conscrição que lançasse a força armada como corpo regular e activo, principalmente disposto para se prestar, de modo funcional, ao serviço da pátria.

Nos inícios de 1804, quando Beethoven desenhava a última nota da sua sinfonia em mi bemol maior, a Terceira, "composta per festeggiare il sovvenire d'un grand'uomo", não completava apenas um "panfleto" artístico, destinado a fazer perdurar a lembrança desse pequeno corso que ele olhava ainda — a coroação imperial de Napoleão faria, o episódio é conhecido, com que o compositor rasurasse bruscamente a dedicatória que lhe havia feito, designando então a peça apenas como *Eroica* — na qualidade de porta-bandeira de um ideal republicano pan-europeu. Desenhava também, no justo plano da estética musical, um instante mais de ruptura com a já então velha sensibilidade aristocrática. Ao ponto de os responsáveis do Conservatório de Praga, cidade que era precisamente um dos bastiões urbanos de resistência dos valores mais tradicionais do *Ancien Régime*, considerarem a obra como uma das mais "*corruptoras para os costumes*", e, por esse motivo, de a excluir de todo o repertório. E denunciava as bases para a fixação, dentro do universo romântico, de uma outra forma de imaginar, de Accionar, o sentido mais profundo da prática militar. Não menos bela, menos gloriosa ou menos exaltante. Na verdade, apenas outra.